

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rayani Oliveira Carvalho da Silva

**São João de Meriti:
Uma cidade esquecida na Baixada Fluminense**

Trabalho de Conclusão de Curso

Monografia apresentada no departamento de história da PUC-Rio para a
conclusão do curso de graduação

Orientadora: Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro,
Julho de 2020.

Agradeço aos meu pai Adilson pelo o esforço incondicional para que todo esse caminho fosse feito da melhor maneira possível, minha mãe Maria José que sempre foi a maior entusiasta de toda essa jornada e minha irmão Rayssa que me incentivou a sempre colocar um olhar artístico para o uso da história na vida. Por último, mas não menos importante, paras as minhas avós Alice e Maria Helena que são as grandes inspirações para esse trabalho final.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora Larissa Corrêa por toda atenção e parceria na elaboração desse trabalho, por desde o início acreditar no meu projeto e conseguir enxergar em São João de Meriti toda sua importância histórica.

Ao professor Manoel Ricardo Simões por ter me mostrado a Baixada Fluminense de uma maneira única e brilhante, esse trabalho também não poderia existir sem ele.

Agradeço também a todos os funcionários da PUC-Rio por durante minha trajetória na universidade sempre serem pessoas atenciosas e queridas.

Resumo

SILVA, Rayani Oliveira C da. **São João de Meriti: Uma cidade esquecida na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 2020. Pp. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa tem como objetivo mostrar como a cidade de São João de Meriti foi sendo esquecida na história da Baixada Fluminense. A partir da análise do Jornal Correio da Lavoura e dos acontecimentos políticos da região durante toda a primeira metade do séc XX foi possível entender os caminhos que levaram a cidade ao caminho do esquecimento e da perda de sua memória.

Palavras-chave

Baixada Fluminense; Correio da Lavoura; Loteamentos; Memória; Estrada de Ferro; São João de Meriti; Rio de Janeiro; Emancipação.

Abstract

SILVA, Rayani Oliveira C da. **São João de Meriti: A forgotten city in the Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 2020, pp. Course conclusion paper – Department of History, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This research aims to show how the city of São João de Meriti has been forgotten in the history of the Baixada Fluminense. From the analysis of the newspaper Correio da Lavoura and the political events of the region throughout the first half of the 20th century, it was possible to understand the paths that led the city to the path of oblivion and the loss of its memory.

Keywords

Baixada Fluminense; Correio da Lavoura; Allotments; Memory; Railroad; São João de Meriti; Rio de Janeiro; Emancipation.

Sumário

Introdução	8
O que é Baixada Fluminense	9
1. Antes das Emancipações.....	13
1.2 Os cultivos de Iguaçú: Cana, Café e Laranja.....	14
1.3 A terra da Laranja.....	16
1.4 Os caminhos da Baixada: dos rios aos trilhos.....	22
1.5 Os Loteamentos na Baixada Fluminense.....	27
2. São João de Meriti: o 4º distrito.....	29
2.1 O Brasil na década de 1920.....	30
2.2 São João de Meriti e seu desenvolvimento no Pré-Vargas.....	39
2.3 São João de Meriti e sua estagnação.....	50
2.4 São João de Meriti e sua emancipação.....	58
3. São João de Meriti e sua memória.....	65
Conclusão.....	69.
Referência Bibliográfica.....	70

Lista de Mapas

Mapa 1.....	12
Mapa 2.....	18
Mapa 3.....	24
Mapa 4.....	44
Mapa 5.....	48

Introdução

Como moradora da Baixada Fluminense, especificamente São João de Meriti, sempre senti necessidade de saber mais sobre o local em que moro pelo qual sempre tive um enorme carinho e respeito. Quando comecei o curso de História percebi que poderia contribuir com o preenchimento de algumas lacunas da história da minha cidade e fazer com que os meus conterrâneos também tivessem acesso a riquíssima história de São João de Meriti. Tenho em mente que esse é apenas o primeiro trabalho de muitos que espero fazer e que não só os meus, mas como os de todos os outros colegas, possam ser usados para que os novos e velhos meritienses possam saber um pouco mais sobre a cidade em que vivem.

O objetivo desse trabalho é apresentar os fatores que fazem São João de Meriti ser um município coadjuvante na história da Baixada Fluminense, ficando num espaço menor em grau de importância histórica. Vários podem ser os caminhos para explicar tal apagamento histórico da região e ao traçar esse percurso será possível encontrar as respostas, bem como trazer outras questões políticas, sociais e culturais.

Para que nenhuma característica específica da cidade seja perdida e que não se caia novamente numa forma de analisar a região pautada só na produção central de Nova Iguaçu será traçada aqui uma narrativa paralela aos grandes acontecimentos do distrito central da região.

O primeiro ponto é uma breve exposição do que seria essa Baixada Fluminense e como os autores trabalham esse espaço geográfico. As dificuldades de se entender exatamente de que local específico está sendo olhado é algo que traz uma espécie de apagamento das singularidades de cada parte da região.

O primeiro capítulo será uma análise geral do que é a Baixada Fluminense, não focando em um lugar específico, mas a região num todo. Será apresentado um

panorama sobre as questões econômicas, urbanas e de transporte/ deslocamentos urbanos.

No segundo capítulo, o município de São João de Meriti será analisado com destaque. Numa perspectiva que vai das primeiras décadas do século XX até a década de 1950.

Tanto no primeiro como no segundo capítulo, a bibliografia principal será a tese do professor Manoel Ricardo Simões. Em seu trabalho, Simões traz diversas perspectivas sobre os municípios da Baixada Fluminense desde o século XVI até o século XXI, propiciando um contexto histórico necessário para o desenvolvimento da minha pesquisa.

No terceiro capítulo, será trabalhado a questão da memória e do patrimônio. O objetivo é mostrar como os moradores de São João de Meriti se entendem como cidadãos e traçam uma identidade social com o município e como eles viveram as mudanças ocorridas na região. As relações pessoais, assim como o sentido de comunidade, são muito importantes nessa construção de memória e para isso usarei os conceitos do "Discurso-para-fora" e do "Discurso-para-dentro" de Alessandra Barreto presentes no artigo, *Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores*.¹

O jornal *Correio da Lavoura* também será uma fonte de suma importância para esse trabalho, isso porque ele vai ser, e ao mesmo tempo não ser, o lugar aonde a cidade de São João de Meriti aparecerá para todo o município. O jornal deixou muitas vezes de noticiar os acontecimentos que marcaram São João de Meriti, dando pouca ênfase, até mesmo, na sua emancipação.

Esses conceitos dão destaque as representações locais da região e assim se faz entender como as relações pessoais e seus discursos convergem com a mídia e a opinião pública sobre a Baixada Fluminense e, conseqüentemente, São João de Meriti.

O que é a Baixada Fluminense?

¹ BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *Campos*, UFU. v. 5, n. 2, p. 45-64, 2004.

Essa é uma pergunta que aparentemente parece simples, mas não é. Não há um consenso do que exatamente seria essa região, tanto nos seus limites geográficos como nas suas características econômicas, políticas, sociais e culturais. Nova Iguaçu, num consenso geral, é a "*Cidade Mãe*" e tem com Duque de Caxias o domínio da região, juntas representam os dois lugares de maior importância na Baixada Fluminense.

Os autores usam dos mais diferentes contextos para delimitar a Baixada. O passado fluvial é algo muito explorado pelos geógrafos e historiadores mais antigos. Para eles, as características que formavam a localidade, no século XIX, é algo muito importante.

Existem três correntes de análise sobre a Baixada Fluminense, são elas: Física, Histórica e Política.

A Baixada Física foi delimitada pela primeira vez por Hildebrando Góes² que no seu relatório para a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, se estende de Itacuruçá, em Mangaratiba até o limite como Espírito Santo, correspondendo à área relativamente mais baixa entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Nesse relatório, para fins de análise e intervenção, ele dividiu a região pelas suas características hidrográficas. Nesse sentido a Baixada Fluminense ficou dividida em cinco sub-regiões: a Baixada dos Goitacazes, a Baixada de Araruama, a Baixada da Guanabara e a Baixada de Sepetiba. Ficando nesses termos a atual concepção de Baixada Fluminense teria a extensão que engloba parte das Baixadas da Guanabara e de Sepetiba.

Alberto Lamego³ na década de 1940 e 1950 une esse sentido físico com a ocupação humana, coloca a Baixada Fluminense totalmente inserida na da Guanabara. Posteriormente Pedro Geiger e Myriam Mesquita⁴ apresentam a Baixada física em quatro grandes regiões, são elas: Região da Guanabara, a Região das Lagoas, a Região Central da Baixada Fluminense e a Região de Campos. Esses

² GÓES, Hildebrando de Araújo. Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, s/editor, 1934

³ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro, IBGE, 1948.

⁴ GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. **Estudos Rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, IBGE, 1956

autores agrupam os municípios a partir de suas potencialidades econômicas e problemas que ficam evidenciados em outras áreas.

A partir da década de 1960 é incorporado o termo Recôncavo da Guanabara, entretanto essa delimitação também inseria Niterói-São Gonçalo, o que não faz parte da Baixada Fluminense que conhecemos hoje.

A Baixada Política estaria constituída pelos municípios que se desmembraram de Nova Iguaçu, Magé e Itaguaí. Para Rafael Oliveira⁵ limitar a Baixada Física apenas pelos municípios desmembrados de Nova Iguaçu seria reduzir demais a região. Colocar Magé nessa delimitação é importante porque estava estreitamente articulado com o distrito de Inhomirim e Imbariê e pertenciam ao extinto município Estrela.

O conceito de Baixada Histórica estar presente nos trabalhos do IPAHB (Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense) que conhecem como Baixada Fluminense os municípios da antiga Grande Iguaçu e os municípios de Magé e Guapimirim. Para alguns historiadores a Baixada só pode ser constituída a partir do período pós-citricultura. A historiadora Lucia Helena Silva⁶ enxerga a região como produto da favelização do município do Rio de Janeiro e das emancipações que acontecem no município-região de Iguaçu durante a década de 40.

A pobreza e a violência são características marcantes que definem a Baixada Fluminense, durante a década de 1960 e 1970 os jornais passaram a relacionar o conceito de Baixada Fluminense com pobreza, carências, violência, banditismo e grupos de extermínio. Isso faz com que muitos municípios tentem se desvincular da região, aproximando-se de regiões vizinhas como a Costa Verde, Serrana. Seguindo essa linha José Claudio de Souza Alves⁷ constitui a região pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri, além desses, o autor também acrescenta os

⁵ OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro, Editora Paradigma, 2004.

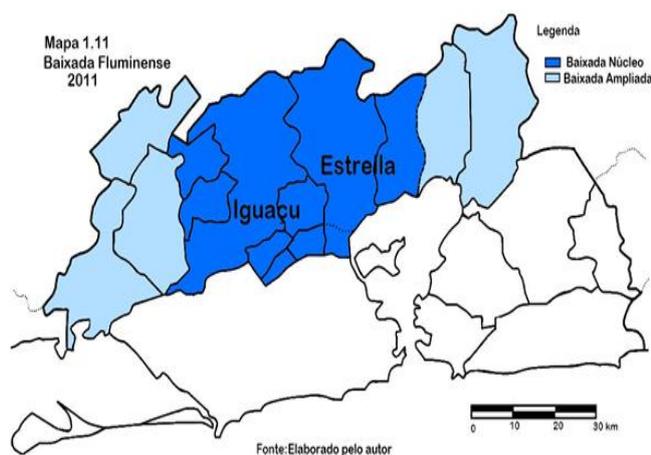
⁶ Silva, Lucia. As Emancipações Políticas na década de 1940 e a Construção de uma Periferia: o caso de Duque de Caxias. **Mosaico Revista Multidisciplinar de Humanidades**, v. 9, p. 19-25, 2018.

⁷ ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, APPH-Clio, 2003

bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, colocados como uma periferia intermediária. A mídia tende também a classificar outros lugares do município do Rio de Janeiro como pertencentes a Baixada pelo seu alto teor de violência.

Segundo Manoel Ricardo Simões⁸ a delimitação da Baixada Fluminense tem uma estrutura e configuração espacial complexa, com um conceito bem amplo ele delimita uma Baixada "núcleo" que seria formada por Duque de Caxias e Nova Iguaçu, esses municípios exercem grande influência nos outros que ficam ao redor. No interior desse "núcleo" estariam as Áreas de Transição de Influência, é o caso de São João de Meriti e Belford Roxo. Os dois municípios têm notoriedade por serem áreas que se articulam muito bem tanto com a Baixada "núcleo", no caso de Belford Roxo, e com a cidade do Rio de Janeiro, no caso de São João de Meriti. Isso se torna possível pelas suas vias e linhas férreas. O autor finaliza delimitando a Baixada "Ampliada" que é constituída pelos municípios do extremo leste e oeste da região. São essas localidades que causam as maiores discussões sobre pertencimento. A certeza que há é que seus núcleos urbanos estão fora da área de influência de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, são os municípios de Magé, Guapimirim, Seropédica e Itaguaí.

Mapa I:



Fonte: SIMOES, Livro, Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense, 2011.

⁸ SIMÕES, M. R. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. 1. ed. Mesquita - RJ: Editora Entorno, 2011. v. 1.

Para esse trabalho iremos usar o conceito de Baixada Histórica que dialoga com termos utilizados por Simões (2011) para delimitar a Baixada "núcleo". Sendo assim constituem a Baixada Fluminense os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias (que inclui a região do extinto município Estrella), São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri.

Capítulo I – Antes das Emancipações

Falar da Baixada antes das emancipações é algo que pode ser feito por muitos caminhos, o mais comum é traçar uma cronologia que vem desde os tempos das capitanias hereditárias. Como não é esse o nosso objetivo nesse trabalho, é importante dizer que esse local antes de suas divisões municipais foi marcado por um forte setor agrícola, caminhos que cortavam o Rio de Janeiro, inicialmente o uso do transporte fluvial e depois a implementação das linhas férreas e também pelos seus loteamentos, movimento semelhante aos loteamentos da cidade do Rio de Janeiro.

Sem nos fincar em períodos distantes, mas pensando numa estrutura geral, é importante dizer que essa estrutura territorial brasileira é algo recente. O ir e vir nos processos históricos de ocupação é importante, e principalmente nesse caso, porque as cidades, aquelas longe dos grandes centros, ainda carregam características que mais se assemelham com o tal passado longínquo do que com uma estrutura ultra moderna das grandes cidades e metrópoles.

Na Baixada há ainda uma dinâmica colonial, com a existência de um grande centro, que concentra uma igreja e cresce ao seu redor um emaranhado urbano pouco desenvolvido, conforme explica Simões:

Em outras palavras, como afirma Santos “no começo a ‘cidade’ era bem mais uma emanção de um poder longínquo uma vontade de marcar presença num país distante” (Santos M., 1994, 17). Nesse período, que vai até o século XVIII, a dispersão é tal que é a igreja e não o comércio, que vai agregar a população que vive nos engenhos e fazendas espalhadas pela imensidão do território. Estas unidades rurais se articulam com o mundo metropolitano através de umas poucas vilas e cidades litorâneas de onde parte a produção agrícola e chegam os bens não produzidos por elas próprias. Há

poucos aglomerados em meio a essa dispersão rural, à medida que estes oferecem muito pouco a vida nos engenhos e a população destes somente vai aos núcleos urbanos, em ocasiões especiais, para tratar de questões jurídicas ou para ir a missa, fazendo com que esses núcleos tenham uma vida urbana esporádica e sazonal. (SIMÕES, 2011, pag.82)

É a partir da Segunda Revolução Industrial que as cidades começam a ter maior valor econômico e deixam de ser apenas o local de um pequeno domínio exercido pela igreja. Elas passam a ser interesse dos grandes senhores e do capital. Sendo assim, se começa a pensar em abrir caminhos para que os cultivos da terra possam ser escoados até os portos, passa a se pensar nos tipos de cultivos que dão mais lucro e que possam se desenvolver melhor na região.

Como foi dito, a entrada do capital e de uma visão comercial da região foi algo ocorrido de forma lenta e gradual; são as igrejas que fazem surgir as freguesias. No início do século XVII, se estabelece um modelo espacial de organização da Igreja Católica através das freguesias e distritos. Uma freguesia possuía, dentro da sua região de domínio, uma igreja matriz a qual estavam subordinadas as outras igrejas e capelas, conhecidas como filiais ou paróquias, encarregadas de distribuir os sacramentos (batismo, casamentos, extrema-unção) aos “fregueses”

É daí que surgem as freguesias de Pilar, atual Duque de Caxias, São João Baptista de Trairaponga, atual São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu e Nossa Senhora da Piedade de Magé e Inhomirim, atualmente em Magé. As freguesias surgiam a partir da construção de igrejas em pontos estratégicos, próximos aos portos onde se iniciava uma incipiente urbanização, de caráter comercial, religioso e, posteriormente, de controle jurídico e político.

1.2 Os cultivos de Iguaçu: Cana, Café e Laranja

Durante os séculos XVIII, XIX e XX a região da Baixada Fluminense teve como sua principal fonte de renda a terra. Esse período é marcado pelo cultivo de cana-de-açúcar, café e laranja. É importante dizer que a historiografia da região contempla o período áureo da citricultura, mas autores como Maria Terezinha

Segadas Soares⁹, Waldick Pereira¹⁰ e Adrianno Rodrigues¹¹ fazem o paralelo com os estabelecimentos agrícolas, cultivo da cana, café e as emancipações, respectivamente.

A cana foi um produto muito importante para a região, não foi o equivalente ao café no Oeste paulista ou a citricultura, mas teve notória relevância na Baixada, mesmo o produto sendo melhor desenvolvido em áreas litorâneas. Já o café, que era cultivado nas vilas de Tinguá e Estrela, também não projetou a região, mas ajudou a consolidar Iguaçu como caminho obrigatório para a passagem do grão que vinha da região do Vale do Paraíba. O café trouxe para esse trajeto aglomerados populacionais que ficam localizados nas vias terrestres ou aquáticas da região.

Para Lamego (1964), foi nesse período que a baixada teve uma grande prosperidade. Tinha grandes armazéns e comércio.

Tornou-se a vila um verdadeiro entreposto comercial, pois os negociantes aí estabelecidos, adquirindo o café que vinha de cima, supriam as fazendas do interior com as mercadorias necessárias ao seu consumo e custeio, muito embora tivessem a concorrência do comércio que se fazia através dos portos do Pilar, de Inhomirim e da Estrêla. (LAMEGO, 1964, p. 200)

A partir do segundo quarto do século XIX se consolida a cultura do café como principal produto de exportação do país e que, diferentemente da cana-de-açúcar que se instalava num ambiente essencialmente rural, passa a exigir uma economia urbana mais complexa que fomentará o surgimento de cidades ao longo da sua marcha, inicialmente no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo (SIMÕES, 2011).

O café não se adaptou ao clima quente e úmido da região e também aos solos alagados. Sendo então uma forma de se desenvolver depois do cultivo da cana.

⁹ SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2, n 24, 1962.

¹⁰ PEREIRA, Waldick. **Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro, FGV/SEEC RJ, 1977

¹¹ RODRIGUES, Adrianno O. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2006.

"em Iguaçu, o café substituiu a cana, mas apenas se adaptou as terras mais altas e, ainda hoje podemos encontrar cafeeiros perdidos dentro da mata do agreste, em Estrela, Adrianópolis, Tinguá, Jeceruba e Japeri, remanescentes das fazendas das quais restam poucas ruínas." (PEREIRA, 1977, pag. 25)

Um outro fator também importante para que o café não vingasse foi a questão escravista, pois não havia mais a facilidade de comprar escravos já na metade do século XVIII.

Com a Segunda Revolução Industrial é introduzido no Brasil as Estradas de Ferro. Em 1854, os portos da região de Iguaçu e as vias terrestres entram em decadência, as condições do transporte via os rios da região também não eram mais rentáveis, isso porque o tempo de deslocamento era muito longo, os rios já estavam assoreados e as regiões alagadas impediam que as mercadorias chegassem até os portos.

Com o trem isso mudou, ele reduzia o tempo de deslocamento inicial do café e também não ficava localizado nas áreas alagadiças. Segundo Soares (1960), a concorrência entre a cana de açúcar e o café fez com que a terra já não aguentasse mais tanta produção.

A sede do município passa a ser nas proximidades da estrada de ferro e deixa de ser perto do porto, nas bordas do rio Iguaçu e se desloca para a estação de Maxambomba, na estrada de Ferro Pedro II, posteriormente EFCB.

A insalubridade da região também era um fator importante para a sua decadência, durante toda a primeira metade do século XX foram feitas obras de saneamento para livrar a região de doenças como a malária

Com o fim do café como o grande produto nacional, começou o maior destaque para produção de laranjas, e foi com a laranja que o grande município de Iguaçu, principalmente o distrito sede e os locais mais próximo dele, conheceram o seu apogeu.

1.3 A terra da Laranja

A citricultura foi uma forma de substituir a produção de café na região fluminense do Rio de Janeiro. Contou com um grande apoio do governo que usou os mesmos lugares da plantação anterior para começar a nova cultura. O território da Baixada Fluminense era privilegiado para a plantação da fruta, isso porque o local tinha o clima, solo e relevo propício, além de contar com a facilidade de escoamento da produção.

Fatores de ordem geográfica, infraestrutura, natural e político fizeram da área de Nova Iguaçu lugar atrativo para o desenvolvimento da citricultura. Numa primeira fase os laranjais localizaram-se nas zonas dos morros, nos contrafortes e mesmo nas encostas da Serra de Madureira; porém, com a valorização do produto, o plantio alastrou-se pelas baixas colinas e planícies que já se encontravam drenadas. (RODRIGUES, 2006, pag.39)

Como já dito, a citricultura foi o último e o maior cultivo da região, seu plantio estava articulado com toda uma nova dinâmica municipal com o fim dos portos e o início das estradas de ferro.

A antiga Maxabomba passa em 1916 a ser então Nova Iguaçu, distrito sede do município de Nova Iguaçu, isso ocorre porque na região a terra passa a ser fragmentada e recebe um aumento populacional rural, o fato de estar localizada perto da estrada de ferro também é importante mas passa ser visto em segundo plano nesse momento.

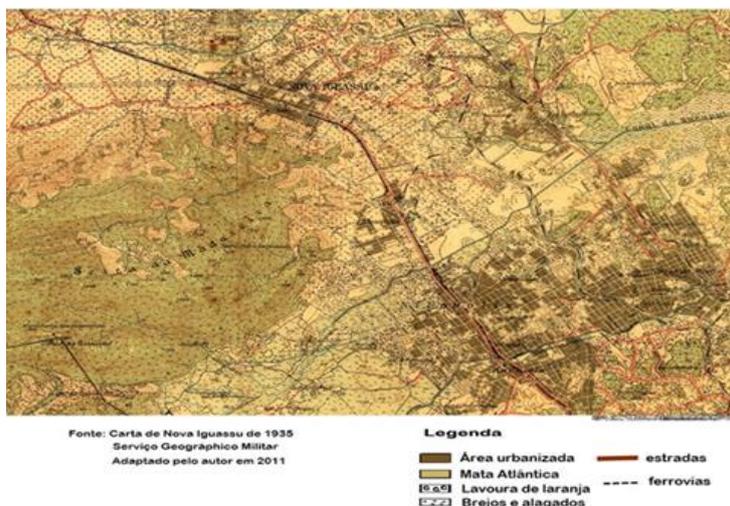
Nesse período, os distritos que ficavam nas franjas da capital, atuais Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias, tiveram um grande aumento populacional e loteamentos urbanos. No distrito sede, atual Nova Iguaçu, há um crescimento de lotes rurais e população rural. Para a mão de obra há um grande fluxo de pessoas e sua maior parte eram de famílias que se estalavam em chácaras produtoras de laranja.

Verificamos então, dois tipos de migrantes que chegavam a Nova Iguaçu. O primeiro grupo se dirigia para os distritos urbanos em busca de moradia próxima aos centros de empregos do Distrito Federal. O segundo grupo se dirigia ao distrito sede em busca de oportunidades na citricultura. Nesse segundo grupo de migrantes vinham pessoas de quase todo o país e de fora também, “merecendo ser acentuada a contribuição do elemento luso, que afluíu em grande número ao município, quer espontaneamente,

comprando ou arrendando sítios, quer trazidos, por compatriotas enriquecidos, diretamente de Portugal para o trato dos laranjais. (SOARES, 1962, p. 207).

As terras do distrito sede foram usadas para a produção e isso fez com que a região só passasse por um movimento de loteamento urbano na década de 1940.

Mapa II:



Fonte: SIMOES, Livro, Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense

Durante a década de 1920 a elite local era formada pelos pomicultores, proprietários de terra e exportadores, esses grupos comandavam a prefeitura de Nova Iguaçu e viviam no distrito sede da cidade.

Mesmo sendo a elite local esses homens não exerciam tanto poder. Isso se dá pelo fato de as decisões relacionadas a citricultura estarem muito mais ligadas as questões de poder superior ao municipal (ALVES, 2003).

Na região não apenas se plantava a laranja, mas também se fabricava as caixas, se armazenava as laranjas e se tratava toda a questão do transporte. O mercado externo era o principal consumidor da fruta.

Mesmo com o ápice da citricultura no final da década de 1920, Nilo Peçanha, grande influenciador da região, atuou junto as companhias transatlânticas para que o preço do frete da laranja fosse reduzido e que seu transporte fosse realizado em melhores condições para a conservação do fruto e também junto da

Argentina no sentido de firmar um acordo de reciprocidade de isenção de direitos aduaneiros sobre o comércio de frutas entre os dois países. (RODRIGUES, 2006)

Houve um movimento em torno do preparo da região para a produção em larga escala da laranja, e incentivos fiscais para sua exportação, especialmente durante o governo de Nilo Peçanha. Essas medidas contribuíram para a citricultura tornar-se, posteriormente, nos primeiros anos da década de 1930, a grande responsável pela riqueza da região.(BRAZ, 2018, p.48)

Durante a década de 1930 a região tem nomes importantes que garantiram uma certa força municipal junto ao então novo governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A chamada Revolução de 1930 foi um evento que se fez muito forte dentro da Baixada e fez com que Getúlio de Moura, Manoel Reis, Arruda Negreiros entre outros se fincassem como grandes líderes da região.

Mesmo com toda esta centralidade Nova Iguaçu vai ser um acanhado núcleo urbano até a década de 1940, concentrando, até então um pequeno contingente de moradores. Como vimos isto se dava em função da população morar nas chácaras. Entretanto, isto só era possível devido a proximidade desta população rural da área central da cidade, o que permitia deslocamentos diários sem grande perda tempo. (SIMÕES, 2011, p.141)

Segundo Leila Braz¹², a laranja iguaçuana deu a região notoriedade, não só internamente, mas também externamente, (BRAZ, 2018). A laranja estava para Nova Iguaçu assim como o café estava para o Oeste paulista. Diz Braz:

A terra da laranja ganhou notoriedade com uma cultura que, na realidade iguaçuana, representava o fenômeno equiparado ao período áureo do café. Algumas regiões da América Latina e da Europa eram abastecidas com a laranja da Baixada Fluminense e isso lhe conferiu uma grande projeção econômica no período. (BRAZ, 2018, pag.48)

¹² BRAZ, N.S.Leila. **A Guerra chega à Baixada Fluminense**: Os impactos locais do processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial pelas páginas do jornal Correio da Lavoura. Dissertação (Mestrado em História). INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2018.

O fim da citricultura é marcado pelos conflitos da Segunda Guerra Mundial e faz com que haja no município uma mudança de poder. A crise que atingirá a citricultura irá reconfigurar o uso do território iguaçuano. Mas, paradoxalmente, reforçará a centralidade de Nova Iguaçu. Os novos rumos da economia do município permitiu com que surgisse uma nova classe social. A elite se transforma e deixa a citricultura. (SIMÕES, 2011)

A laranja iguaçuana além de ter que lidar com a guerra e com as pragas também teve que conviver com a falta de estrutura, que mesmo com alguns investimentos nunca foi o suficiente.

A fase áurea da laranja não impediu o surgimento de problemas. À medida que a produção aumentava, cresciam também as dificuldades de infraestrutura, como armazenamento e transporte do produto, apesar da existência da linha férrea que atravessava a região. A precariedade dos armazéns comprometia a integridade das frutas e a estrutura existente não comportava o escoamento da produção. A situação tornava-se ainda mais complicada pela dificuldade de acesso ao governo para resolução dos problemas. Produtores da Baixada Fluminense enfrentavam barreiras para o atendimento de suas reivindicações, apesar das incessantes tentativas das partes locais interessadas. (BRAZ, 2018, pag. 49-50)

Mesmo com toda as dificuldades econômicas que o mundo viveu durante a década de 1930, Nova Iguaçu continuou sua atividade agrícola sem perder o seu prestígio de grande produtora de laranja (BRAZ, 2018). Numa manchete do jornal *Correio da Lavoura* os grandes feitos da laranja ficaram claros: "*Começou a exportação de laranja pelo porto do Rio de Janeiro*" (Jornal Correio da Lavoura, 08/04/1937)

Conforme já mencionado, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fez com que começasse o declínio do cultivo da laranja.

As restrições de acesso à Europa para as exportações brasileiras obrigaram os produtores da laranja a se voltarem para o mercado interno, transformando totalmente a dinâmica da economia citricultora, levando seus agricultores a enfrentarem

sérias dificuldades econômicas. Com esse panorama, houve uma necessidade de intervenção do governo no socorro aos produtores. (BRAZ, 2018, pag.51)

No *Correio da Lavoura* essas dificuldades eram noticiadas:

Getulio Vargas, sempre solícito às necessidades da lavoura, autorizou as negociações com o Banco do Brasil. [...]. Terminou afirmando que os citricultores deviam estar certos que o governo não os abandonaria. (Jornal *Correio da Lavoura*, 04/12/1943.)

Anos depois, já com o fim da Guerra o jornal continua trazendo o mesmo assunto:

A situação de nossa citricultura



Agora que vamos assistir, pela segunda vez, à festa do Dia de Laranja, é o momento oportuno para focalizarmos a situação atual da citricultura iguaçuana, hoje bem inferior à que observávamos ontem tão orgulhosos da exuberância e da riqueza de nossos laranjais.

Aponta-se a segunda guerra mundial como a única causadora da decadência da nossa citricultura, que, nos seus melhores tempos, com um número superior a oito milhões de pés, distribuídos em pomares bem tratados, assegurava quatro e cinco milhões de caixas para exportação, o que, além de fazer a prosperidade de muitos produtores e exportadores, dava apreciável renda aos governos municipal, estadual e federal. E, incontestavelmente, foi a guerra que vibrou o golpe tremendo em nossa citricultura, porque, de uma hora para outra, fechou à nossa produção os melhores mercados externos, trazendo a ruína e o desespero a muitos plantadores, que haviam gasto, além de suas energias no trabalho, até o último centavo de sua economia. Sem nenhuma esperança no futuro, pois não tínhamos e não temos ainda organizado o mercado interno, por falta de transportes fáceis e baratos, foram os citricultores transformando as laranjeiras nos seus pomares em lenha para vender ou abandonando-as à sanha do gado solto, à invasão do mato ou à destruição pelo fogo. O cálculo que se faz, até ao cabo de tudo isso, é que se destruíram quase três milhões de laranjeiras, comprometendo grande parte da principal fonte de riqueza de Nova Iguaçu.

13

¹³ Jornal *Correio da Lavoura*, 29/06/1947

Algo notório é que as páginas do *Correio da Lavoura* não falavam exatamente do conflito mundial, mas sim dos efeitos do conflito na lavoura, (BRAZ, 2018).

A citricultura sempre foi dependente do capital estrangeiro, por essa razão o conflito mundial deu luz as dificuldades que os citricultores tinham em relação a saída do produto. A laranja não era trabalhada no mercado nacional, em momento algum se pensou em utilizar o fruto para geleias, sucos, refrescos ou doces. Além disso sempre houve as dificuldades com o armazenamento o que fazia com que a laranja sempre estivesse tentando se equilibrar para se manter forte no mercado. Com a guerra iniciada a laranja parou de ser exportada porque não era produto de primeira necessidade e passou a apodrecer no pé e ficar exposta a pragas.

As dificuldades de transporte não era um problema só da laranja e já vinha sendo uma questão desafiadora para o governo brasileiro desde muito tempo antes da Segunda Guerra Mundial.

1.4 Os Caminhos da Baixada: dos rios aos trilhos

Os caminhos da Baixada Fluminense foram muitos. Sejam por rios, terra ou trilhos as dinâmicas de ascensão e decadência das terras iguaçuanas passam pelo papel dos transportes nas questões econômicas e sociais.

Como dito, a região sempre foi um lugar de passagem que ligava o Rio de Janeiro ao interior do país. Os primeiros caminhos eram a junção das estradas de terra com os rios, ainda no século XVIII e sempre tinham como propósito fazer com que o tempo de viagem fosse o menor possível.

O caminho Garcia Paes Leme começava em Pilar, onde, partindo do porto do Rio de Janeiro, era possível chegar pelo Rio Iguaçu, do qual o rio Pilar era afluente ou por terra, partindo de Irajá e atravessando os atuais municípios de São João de Meriti e Belford Roxo.

A partir do porto de Pilar o caminho acompanhava o rio e iniciava a subida da Serra do Mar próximo ao local onde futuramente seria construída a Fábrica Nacional de Motores, atual distrito de Xerém, daí passava pela serra do Couto, chegava a Pati do Alferes e seguia até o Rio Paraíba do Sul e entrava em terras

mineiras. Em todo caso, mesmo com o tráfego intenso que se estabelecerá entre Minas e o Rio de Janeiro, poucos núcleos surgirão ao longo deste, passa pelo que hoje seriam os municípios de São João de Meriti, Duque de Caxias e Belford Roxo, seu intuito, assim como de todos os outros, era chegar até Minas

Um outro caminho muito famoso nos trabalhos sobre a região é o caminho de Inhomirim, ele saía do porto de Estrela, passando por Petrópolis até chegar, novamente, em Minas Gerais. O caminho de Tinguá iniciava no que seria hoje São Cristóvão e fugia das áreas alagadas seguindo pelo maciço da Tijuca. Quando chegava na Baixada passava pelos que hoje seriam os municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu e Japeri. Seguiu depois em direção ao caminho Garcia Paes Leme logo após Pati de Alferes, (SIMÕES, 2011).

O papel desempenhado pelos rios era extremamente relevante e seus portos facilitavam não só o escoamento da produção aurífera, mas também de outros produtos para o porto do Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, Iguaçu é elevada, no ano de 1719, à categoria de freguesia curada, ou seja, Freguesia com Cura (padre), evidenciando o reconhecimento, por parte das autoridades coloniais, de seu potencial econômico, (RODRIGUES, 2006).

Esses caminhos que juntavam terras e rios não foram o suficiente para gerar na região prosperidade econômica e social, serviram para consolidar a maneira como a região da Baixada se torna totalmente dependente das atividades como intuito apenas de chegar no Rio de Janeiro. *"Em certos portos fluviais da BF se desenvolveram aglomerações que não deviam sua existência às necessidades de organização da zona circundante, e sim às necessidades do movimento de mercadorias e de viajantes"*¹⁴

A região viveu de ciclos. Se no ciclo da cana os caminhos eram por terra e por rios, no ciclo do café se verificou a decadência dos caminhos pluviais e a ascensão das estradas de ferro.

Os caminhos que existiam começaram a ser adaptado e receberam melhorias. Houve drenagens, retificação e pavimentação, além de limpeza dos canais para dar maior sustentação aos caminhos pluviais. Se criou a estrada do

¹⁴ SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. **Revista Brasileira de História**, vol. 39, n° 81, pp. 47-70, 2017.

Comércio, em 1822, que saía de Ouro Preto, atravessando o rio Paraíba do Sul, atingia Pati de Alfereis até a serra de Tinguá, enfim chegando ao porto de Iguaçú. A elevação do Nossa Senhora da Piedade de Iguaçú a vila em 1833, segundo Soares, se deu pela importância que a região ganhou como um lugar de passagem, uma vez que não apresentava muitas das características que fazem de um aglomerado uma verdadeira cidade.

O que se tem é uma mudança de eixo pluvial devido as péssimas condições dos rios da região. As obras que tinham como intuito melhorar a navegação nos rios não surtiram efeitos e assim os eixos foram mudando. Assim afirma Simões:

A pavimentação da estrada do Comércio em 1837 acelerou o fluxo de mercadorias através do porto de Iguaçú, mas as péssimas condições de navegação do rio criavam um entrave ao comércio do café. A concorrência do porto de Estrela, também beneficiado pela pavimentação do caminho de Inhomirim e a construção da Estrada União e Indústria, desloca parte do comércio para essa localidade que se transforma em município em 1846. [...] O transporte de passageiros já estava se deslocando para o caminho de terra firme que passava por Maxambomba, ainda mais a partir do momento que uma variante por São João Príncipe passou a ligar o Rio a São Paulo e o, então, riquíssimo Vale do Paraíba do Sul fluminense. Era o princípio de uma mudança de eixo (Simões 2006, pag. 66)

Mapa III:



Fonte: SIMÕES, Livro, Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense

Com o alto volume da produção de café, os caminhos pluviais assoreados e a lentidão dos caminhos terrestres foram necessários encontrar outro meio de transporte que fizesse com que o alto fluxo de café fosse facilmente transportado até o porto do Rio de Janeiro. Os trens foram a solução.

Se pensar nesse tipo de avanço no sistema de transporte no Brasil é algo muito importante, as estradas de ferro ganharam muita força com a Revolução Industrial e a Inglaterra foi o primeiro lugar a ter a novidade e isso se espalhou por toda a Europa, América do Norte (EUA) e até mesmo Cuba. No Brasil, o primeiro a instalar e operar uma estrada de ferro foi Barão de Mauá e tinha uma linha que no projeto ligaria o vale do Paraíba a Minas Gerais, isso tudo teve início no Brasil em 1854. No Rio de Janeiro, ficou famosa a Sociedade Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II em 1855, sobre a direção do engenheiro Cristiano Benedito Otoni que queria ligar Vassouras, São Paulo e Minas.

No próximo capítulo, eu irei me estender mais sobre as estações e seus caminhos, mas para se entender esse transporte é importante dizer que ele foi o responsável por uma modernização no sistema de escoamento dos produtos vindos do Vale do Paraíba, principalmente o café. Há muitos trabalhos sobre os trens e sobre os trens na Baixada Fluminense, o que se deve nesse momento perceber é que os trens possibilitaram uma "colonização" da região, onde as pessoas fincaram residência nas margens dos trilhos. Mas isso não é algo que ocorre de imediato, conforme ponderou Simões:

Entre as primeiras ferrovias e a ocupação urbana intensa no entorno das estações se passarão quase 50 anos. A ferrovia por si só não foi geradora da urbanização como poderia se pensar. Isto é explicado pelo fato de que no final do século XIX as ferrovias servem apenas para o transporte de cargas. O transporte de passageiros vai sendo implantado aos poucos e assim mesmo em poucos horários sujeitos a atrasos e com tarifas diferenciadas, que induzem a uma ocupação mais próxima ao núcleo urbano do Rio de Janeiro. (SIMÕES, 2011, pag.93)

Ao que indica a bibliografia, esse movimento estaria muito mais relacionado com as questões de modernização e saneamento da capital, Rio de Janeiro, do que com uma migração espontânea. O Rio de Janeiro não tinha nenhum tipo de

transporte coletivo e que só foi com a instauração da República que os deslocamentos começaram a ser feitos por meio dos bondes, os trens e as barcas. Porém é preciso salientar que já havia bondes puxados por burros. Segundo Francisco Noronha¹⁵ naquele período eram apenas transportes individuais e alguns poucos transportes que eram usados por duas pessoas e sempre utilizados pela elite, algo muito distante dos transportes de massa que conhecemos hoje.

Isso explica porque havia a necessidade da classe trabalhadora residir perto dos locais de trabalho, as longas distâncias impediam com que se conseguisse chegar ao trabalho devido à ausência de transporte.

Inicialmente os trens serviam para transportar as cargas e o transporte de pessoas era algo irregular e para poucos. O transporte de passageiros não era a prioridade, além disso, era comum pessoas dividirem espaço com as cargas, segundo Carlos Nelson Santos.¹⁶ É entre 1896 e 1906 que há um crescimento significativo no número de passageiros

Mas as pessoas só começam a migrar para o subúrbio e Baixada Fluminense com as reformas que começaram a acontecer no Rio de Janeiro. A questão da "ideologia da higiene", presente nos trabalhos de Sidney Chalhoub¹⁷, e todas as reformas urbanas promovidas no período da Primeira República, fizeram com que as pessoas pobres saíssem do centro da cidade e o trem se tornou o seu único meio de ligação com a capital e, conseqüentemente, com os melhores trabalhos. É nesse contexto que o trem acaba se tornando um transporte de massa, um transporte que carrega os pobres operários e operárias, que em sua maioria eram negros.

É através deles também que as relações sociais acabavam acontecendo, é a partir dessas relações que a população da Baixada Fluminense começa a se "articular" em redes e inicia uma dinâmica social muito mais consistente do que as que haviam anteriormente. As pessoas que agora tinham que fazer uma longa viagem até o centro da cidade do Rio de Janeiro criavam vínculos que poderiam ser os mais diferentes possíveis: vínculos familiares, de amizade, trabalho, lazer e etc.

¹⁵ NORONHA SANTOS, Francisco A. **Meios de Transporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.

¹⁶ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Transportes de massa – Condicionadores ou condicionados? **Revista de Administração Municipal**, n. 24(144), setembro/outubro, 1977.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Além disso, a produção de café fazia com que a necessidade de investimento nas ferrovias fosse maior, isso porque o capital investido nesse produto era muito grande e se deveria garantir que as etapas de produção, transporte e exportação ocorressem da melhor e mais rápida maneira possível. Os emaranhados férreos fizeram com que a cidade do Rio de Janeiro se desenvolvesse e acumulasse capital com o café, levando a cidade a grandes transformações.

De importância fundamental para esta centralização do escoamento foi a construção de uma malha ferroviária centralizada na cidade do Rio de Janeiro. A construção da EFCB em 1858 e da EF Leopoldina em 1886 e da EF Melhoramentos, depois Linha Auxiliar em 1893, permitiram a captura de uma vasta hinterlândia que passou a abastecer o Rio de Janeiro não só de café, mas também de gêneros alimentícios. Por outro lado, essas ferrovias transformam o Rio de Janeiro num grande centro distribuidor de artigos importados e bens industriais fabricados na cidade para toda essa hinterlândia, o que irá contribuir para a acumulação de capital na cidade. (SIMÕES, 2011, pag. 96)

É então ao longo do traçado das ferrovias que nasceram os loteamentos urbanos no subúrbio do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

1.5 - Os Loteamentos na Baixada Fluminense

Durante esse processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro houve duas dinâmicas para os loteamentos. Uma voltada para os mais ricos e outra voltada para os mais pobres. Para que isso acontecesse, a melhor maneira era dificultar a aquisição pelo preço e, esse preço, estava sempre ligado a região em que o lote estava localizado.

Os lotes destinados as pessoas mais ricas eram acompanhados de uma infraestrutura fornecida pelo governo municipal, atendendo as necessidades básicas da população daquela localidade. O movimento inverso ocorreu com as pessoas mais pobres que ao serem retiradas dos cortiços e favelas do centro da cidade passaram a ter para si loteamentos afastados e sem o mínimo de infraestrutura e condições garantidos pelo Estado. Cabendo aos próprios moradores a missão de viabilizar as condições para a região.

Esta duplicidade de caráter do loteamento está ligada, em primeiro lugar a uma estratégia de garantia da reprodução social da força de trabalho em condições de salários baixos, vinculadas a separação das classes sociais no espaço urbano com o intuito de diminuir as tensões sociais ligadas a proximidade das classes "perigosas" junto aos ricos.

Em segundo lugar, mas articulado ao primeiro, está a existência de uma duplicidade de estratégia de reprodução da fração do capital ligado ao mercado imobiliário, que se volta para o entendimento das elites, mas que também obtém lucros altos fazendo negócios com os pobres. (SIMÕES, 2006, pag. 85)

Essa relação entre lugar do pobre e lugar do rico também era notado no que fere o campo do transporte, que como já dito passou por transformações no Rio de Janeiro. Diz Simões:

Na segunda metade do século XIX surgem as primeiras formas de transporte coletivo, o bonde puxado por burros e o trem. Nesse primeiro momento, o bonde será fundamental à medida que possui maior flexibilidade e por que o trem atravessa áreas ainda rurais com baixa densidade demográfica. Nas últimas décadas do século XIX é que começa se delinear mais nitidamente a separação entre as classes sociais na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, os meios de transporte terão papel fundamental nesse processo. Ao longo das linhas de bonde em direção a Zona Sul e a Tijuca irão surgir bairros nobres ocupados pela população de maior poder aquisitivo e ao longo das ferrovias se localizarão os mais pobres. (SIMÕES, 2011, pag.112)

A separação se dava numa ação entre capital imobiliário, setor de transportes e Estado. A concessão das linhas de bonde estava relacionada também com a apropriação das terras ao redor. Assim criavam loteamentos para classes abastadas e com melhores condições de vida, o Estado fornecia toda essa estrutura, diferente do que acontecia nas outras regiões da cidade, (SIMÕES, 2011).

O que se pode ver nesse capítulo é que a Baixada Fluminense pode ser muita coisa, dependendo da perspectiva que se queira abordar, ela pode conter limites que serão classificados por inúmeras questões, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou geográficas.

Partindo dessa máxima encontrar algo em comum é a maneira mais clara para entender a região e sua construção de memória e espaço. As culturas que marcaram a Baixada durante o tempo serviram para firmar a relação não de "colonização", mas sim de passagem, colocou a região como um grande emaranhado de vias, da pluvial até a férrea, e fez com que sua dinâmica social estivesse altamente ligada com os acontecimentos da capital Rio de Janeiro.

Tendo isso em vista, as partes territoriais nas franjas da capital teriam ainda mais influência do Rio de Janeiro e mantinham uma relação com a terra diferente do distrito sede do grande município de Nova Iguaçu.

Tratar exatamente sobre essa relação territorial das regiões nas franjas da capital com o Rio de Janeiro e o distrito sede é o ponto importante. Abordar São João de Meriti a partir do olhar para si e não de outro para ele é o que vai pautar o capítulo a seguir.

Capítulo II – São João de Meriti: O 4º distrito

A “Revolução de 1930” é um dos temas mais discutidos na historiografia brasileira. Mesmo tendo muitos trabalhos sobre o assunto há poucos que abordam como esses acontecimentos influenciaram as relações políticas e sociais na Baixada Fluminense.

Nesse capítulo, iremos abordar dois pontos de vista sobre os acontecimentos ocorridos em 1930 na política nacional. O primeiro é como a revolução foi vista e vivida no distrito sede de Nova Iguaçu e o segundo é como a revolução afetou o antigo 4º distrito de Nova Iguaçu, atual São João de Meriti.

Para isso, num primeiro momento será apresentado a articulação vivida no município com os representantes estaduais durante a década de 1920 e como o distrito sede e o 4º distrito viviam as políticas clientelistas do período.

2.1 O Brasil na década de 1920

Falar das dinâmicas nacionais no período do pré-1930 é algo que pode ser feito debatendo historiograficamente com diversos autores, o "consenso" é que o período foi marcado por diferentes atores: as oligarquias e a classe operária.

Nos anos 1920, o Brasil vivia uma alternância de poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, isso gerava descontentamento de outros grupos políticos de estados que estavam num "segundo escalão" da política nacional, por exemplo, Rio Grande do Sul.

Num momento de muitas mudanças nas esferas políticas, sociais e culturais o plano de fundo era a política dos governadores que dava uma estabilidade para o executivo através de trocas de favores. O presidente não interferia nas questões estaduais e em troca tinha apoio político. Essa dinâmica era garantida pelo coronelismo.

Coronel era a designação dada ao proprietário rural, com uma base local de poder. O coronelismo representou uma relação conhecida como clientelismo, na qual o "coronel" controlava os eleitores, em sua área de influência, em troca de favores, que poderiam ser bens materiais ou empregos, por exemplo.¹⁸

A primeira rusga tem como palco a eleição presidencial de 1922. Não houve uma definição sobre qual nome seria escolhido para a vice presidência, então quando São Paulo e Minas escolheram Artur Bernardes para concorrer à presidência os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul dão início à Reação Republicana, com o lançamento de Nilo Peçanha à presidência da República.

Boris Fausto destaca que São Paulo se destacava pelo café, mas precisava do apoio federal para que as políticas de valorização do produto se mantivessem. Minas se destacava pelo fato de conter a maior bancada na Câmara dos Deputados e controlava o acesso a muitos cargos políticos federais. O Rio Grande do Sul tinha seu destaque no setor militar. Dada a importância do setor militar, os gaúchos de melhor nível social foram incentivados a seguir carreira, o que explica a

¹⁸ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002., p. 149.

contribuição do Estado com o maior número de Ministros da Guerra na Primeira República.

No Rio de Janeiro o processo de mudança de poder do campo para a cidade começou a ganhar força e há uma ascensão do que o autor Conniff¹⁹ irá denominar de populismo. Os cariocas passaram por uma rápida politização.

De certo modo, a rápida politização dos cariocas era um reflexo de tendências nacionais, especialmente a incapacidade dos estados importantes de escolher um único candidato em duas das três eleições presidenciais da década. Mas tal politização era devida mais ainda ao funcionamento interno da sociedade e ao jogo de interesses locais. (CONNIFF, 2006, p. 88)

Na Baixada Fluminense havia dois grupos políticos: os pomicultores e os antigos proprietários de fazendas. Esses homens se agrupavam na Sociedade Fruticultora de Nova Iguaçu e tinham cadeiras de vereadores no município. Majoritariamente cuidavam dos interesses da laranja e concentravam seus trabalhos no distrito sede que era o local de maior produção do fruto.

Os pomicultores viviam da citricultura e dos parcelamentos das terras para a construção de chácaras, isso porque a laranja não era produzida em grandes latifúndios e sim em chácaras pequenas. Os antigos proprietários de fazendas tinham seu poder garantido pela terra que eles ainda possuíam, mesmo elas não produzindo laranjas e já estava longe da "extinta" economia que envolvia a escravidão.

É importante entender essa dinâmica porque os grandes citricultores eram fazendeiros, mas não produziam nada na sua própria terra e sim em chácaras usando mão de obra de terceiros.

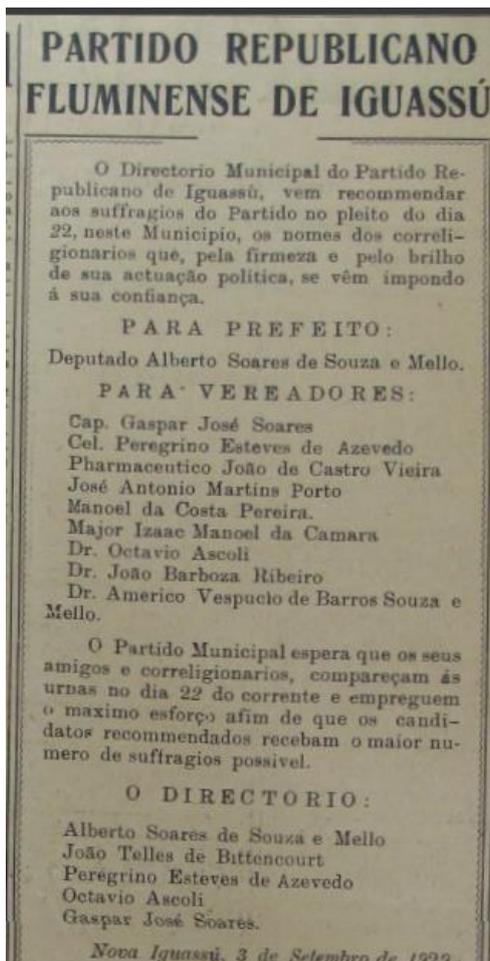
A classe dominante agrária ocupava a prefeitura desde a sua criação em 1919. Ao longo da década de 1920 o jogo político municipal era formado por dois partidos que se enfrentavam nas eleições: o Partido Municipal, que tinha apoio do governo federal

¹⁹ CONNIFF, Michael L. **Política Urbana no Brasil: ascensão do populismo (1925-1945)**; tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006.

(Arthur Bernardes e depois W Luis) e o Partido Republicano, que tinha apoio do governo estadual (Nilo Peçanha). Apesar do grupo liderado do Nilo Peçanha ter montado e controlasse a máquina estadual, inclusive intervindo no município por ocasião da criação da Prefeitura, as disputas nacionais (Reação Republicana) permitiram que o grupo perfilado ao governo federal ocupasse o executivo municipal por toda a década de 20. (SILVA, 2017, pag.7)

Essas e outras questões municipais eram colocadas nas páginas do jornal *Correio da Lavoura*. O periódico foi fundado em 22 de março de 1917 pelo Capitão Silvino Hipólito de Azeredo; com circulação semanal, o jornal se orgulhava de sua postura independente, o que, para muitos, levaria o jornal ao fracasso, pois, apesar de ter um “bello programma”, teria vida curta porque “imprensa sem dependência política, é fracasso”. *"Ainda bem que a opinião estava errada, o jornal continua circulando semanalmente, e muito do que hoje sabemos sobre nosso município foi registrado por semanário de noventa e sete anos."* (NASCIMENTO, 2014, pag.21)

Na data de 12 de setembro de 1929 o jornal traz uma publicação do Partido Republicano chamando a população para votar em seus membros, conforme mostramos abaixo:



A crise dos anos 1920 fortaleceu o partido até então menos influente na região. Um outro grupo presente na dinâmica política e social naquele período eram os tenentes. Por mais que houvesse inconformismo das classes médias que não estavam alinhadas a oligarquia cafeeira ela não foi para um embate direto. De fato, a oposição regional não se traduz, ao longo da Primeira República, em um conflito aberto. Pelo contrário, a fermentação em torna das candidaturas adversárias do eixo São Paulo-Minas morreu com o fim dos pleitos, e as oligarquias menores tratam de mostrar sua solidariedade ao novo governo, (FAUSTO, 1997).

Os tenentes tinham duas pautas principais. A primeira delas estava relacionada a burguesia cafeeira que confere ao Exército um papel subordinado e a segunda era com a cúpula militar que aceitava esse papel e por isso tinha acordos com as oligarquias.

A crise que se abre na década de 1920, segundo Francisco Weffort, se dá na esfera do Estado, antes de se colocar na economia. Para isso ele mostra que tirando o último ano do governo W. Luís havia uma certa euforia econômica. Essa vitalidade econômica é presente pela incapacidade de a sociedade tradicional abrir o Estado e seus próprios setores, a modernização proposta pela classe média não tocaria então no processo produtivo. (Weffort, op. cit., pp.45 e ss)

A estrutura econômica do país baseada no café era extremamente vulnerável, esse problema não fica tão presente no início da República mas depois da Primeira Guerra Mundial, conseqüentemente na década de 1920, é algo que se torna muito visível, pois aumenta a concorrência dos outros países e se tem uma acentuada queda de preços. Com isso, o Brasil passa a praticar uma política de valorização.

Essa política de valorização fica clara quando a Aliança Liberal se torna forte, mas insiste no discurso de que mesmo com a vitória sobre a oligarquia cafeeira a política do café não será modificada.

"A lavoura do café é, por assim dizer, a linha mestra da nossa economia. A influência da produção cafeeira na vida do país é tão importante que se lhe não podem negar as honras a o largo alcance de um problema de interesse eminentemente nacional. Na cifra global da nossa exportação o café contribui com 70%. Tanto vale dizer que entra com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da nossa balança comercial. O café está, portanto, estreitamente entrelaçado com o problema do câmbio e a estabilização do valor da moeda. Nada mais se torna mister acrescentar para que se avalie quanto a questão do café interessa ao Governo Federal."²⁰

No decorrer do processo que iria culminar na “Revolução de 1930” fica claro que a Aliança Liberal não iria voltar a ter a mesma reação da oposição com as derrotas eleitorais anteriores. Os jovens integrantes como Virgílio de Melo Franco, José Américo, Osvaldo Aranha, Batista Luzardo, entre outros, não tinham com a oligarquia paulista nenhum tipo de "política de concessão", com isso, eles levariam a revolução até com o uso de armas, se necessário. É lógico que a decisão de se

²⁰ Declaração de Getúlio Vargas ao *Correio do Povo* de Porto Alegre. *Diário do Congresso Nacional*, 30/08/1929.

colocar Júlio Prestes para concorrer à presidência foi um ponto importante. Isso se dá porque foi o grande momento em que as outras oligarquias que não fossem a do café puderam ter como grande aliado o estado de Minas Gerais.

Com a eleição de Júlio Prestes, a oligarquia paulista continua no poder e os velhos oligarcas aceitam a tradicional recompensa. São os "tenentes" e homens como Virgílio de Melo Franco, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura que dão impulso ao movimento revolucionário, conseguindo arrastar afinal as figuras tradicionais. (FAUSTO, 1997)

É importante dizer que na maioria dos estudos sobre esse processo político vivido no Brasil deixa a participação da classe operária como algo com pouca força. Para Boris Fausto, os operários atuaram como uma "presença difusa" e que não intervêm na revolução como classe. Em seu livro "*1930 - O Silêncio dos Vencidos: Memória, história e revolução*"²¹, De Decca questiona as produções sobre o final da década de 1920 e, conseqüentemente, a década de 1930. Usando o conceito marxista de luta de classe e a perspectiva do materialista histórico, ele critica o discurso dos vencedores. Para ele, tal discurso, serviu para diminuir a luta de classe e legitimar a sua própria vitória.

De Decca afirma que esse discurso causou um dualismo, ou seja, economia agroexportadora x industrialização, liberalismo x autoritarismo. Com isso é permitido o conceito de Nação-Sujeito e oculta a figura do vencido.

O sucesso revolucionário dependeu muito da participação militar na figura dos tenentes, esses tenentes já não estavam mais no aparelho militar do estado. As oligarquias usavam sua força para criar milícias. Assim afirmou Fausto:

"Por outro lado, a faculdade conferida aos estados, de organizar milícias, punha nas mãos das oligarquias regionais uma força delas diretamente dependente e retirava do Exército o monopólio da intervenção armada. No arranque inicial de 3 de outubro, no Rio Grande do Sul, a brigada militar e os chamados "provisórios" formaram um núcleo mais importante do que os próprios quadros

²¹ DECCA, Edgar S. 1930: **O silêncio dos Vencidos**. 1º. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

do Exército. No Paraná e em Santa Catarina, a iniciativa partiu do ‘irregulares’”(FAUSTO, 1997, p. 135)

Tal fenômeno também foi visto na Baixada Fluminense. Com a tentativa de manter a ordem foi criada no distrito sede a Legião de Iguazu. Era um batalhão patriótico para apoiar as autoridades e as instituições republicanas. Como uma forma de apoio o 4º distrito, São João de Meriti, também criou sua junta em forma de apoio.

A ordem pública deste Estado segundo comunicado oficial abaixo transcrito: Sr. Prefeito de Iguazu, Comunico-vos que ordem publica nosso territorio mantemse como desde início movimento revolucionário, inalterável funcionando poderes constitucionais e respectivas Repartições bem como comércio e indústrias. P.T. nossas fronteiras continuam guarnecidas nossa briosos e valente força Militar ao Sr Presidente Estado que se acha prestigiado todas classes sociais chegam os mais veementes protestos solidariedade e apoio. Saudações cordiais. Álvaro Rocha - Secretaria Interior, 12 de Outubro de 1930 (Jornal Correio da Lavoura, 16/10/1930)

As decisões políticas giravam em torno dos acontecimentos ligados ao movimento revolucionário. Assim, na mesma edição era publicada a seguinte notícia:

Comunicam-no de sua secretaria: O Cel. Alberto Soares de Souza e Mello, Prefeito do Município de Iguazu, acaba de fundar a Legião de Iguassú, que constituindo um batalhão patriótico se destinará a apoiar as autoridades constituídas, defendendo as instituições republicanas. Na sede da Prefeitura e Junta de Alistamento Militar, em Nova Iguazu, conserva-se o livro de inscrições para receber assinaturas de todos os que se comprometeram a defender o governo e a família nacional. (...) (Jornal Correio da Lavoura, 16/10/1930)

Em sinal de aprovação da fundação da Legião, o Cel. João Telles de Bittencourt, sub-delegado de São João de Meriti, 4º distrito do município, enviou ao prefeito o seguinte telegrama: “*Cel. Alberto Mello Nova Iguazu Temos*

satisfação comunicar fundação “Batalhão Patriótico Dr. Manuel Duarte” será incorporado Legião Iguassú”²²

A participação meritiense na forma do "Batalhão Patriótico Dr. Manuel Duarte" pode sugerir duas coisas: a primeira era que o 4º distrito gozava de prestígio com os representantes municipais e a segunda é que pela falta de prestígio e representatividade se fez necessário uma maior participação para ser notado.

Em matéria anterior o jornal *Correio da Lavoura*, 19 de agosto de 1929, mostrou como determinados grupos se associavam a figura de Júlio Prestes um pouco antes da revolução. Intitulada "*Comitê pró-Julio Prestes*" a matéria dizia:

No dia 5 desse mez teve logar a rua Bernadino Mello, 113, nesta cidade, a inauguração da sede do Comitê do Bloco Ferroviário Julio Prestes, constituído na sua maioria por cavalheiros da nossa sociedade e funcionários da Central do Brasil. [...]

Pensando assim, os dois mais fortes partidos da Baixada não eram inimigos, eles representavam o mesmo grupo de interesses, mesmo com toda a dinâmica política e de apoios que ocorriam durante a década de 1920. Havia, no entanto, um partido que com um jovem candidato também chamado Getúlio no pós-revolução teve um grande destaque na região.

Mesmo com toda a hesitação em apoiar a Aliança Liberal, a chegada de Vargas ao poder e sua passagem pela cidade foi muito comentada e noticiada no jornal e a elite local passou a apoiar o governo para manter todos os seus negócios existentes desde antes.

Os fundadores da União Progressista Fluminense eram em sua quase totalidade integrantes da corrente “nilista”, que havia apoiado a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição a Artur Bernardes nas eleições de março de 1922. Esse grupo, praticamente alijado da política fluminense durante dois quadriênios, buscou nela se inserir através da campanha da Aliança Liberal, em 1929-1930.

²² Jornal Correio da Lavoura, 16/10/1930

Isso deixa claro que o grupo político do Partido Republicano não teve dificuldade em aceitar a revolução. O Partido Municipal perde força porque estava envolto nas dinâmicas do Governo Federal, mas logo também se junta ao grupo dos citricultores. O *Correio da Lavoura*, na sua edição de 13 de novembro de 1930, traz uma matéria sobre a economia do país com a dissolução do Congresso, conforme mostra a matéria:

"Com a dissolução do Congresso Nacional, o erário público faz uma economia considerável. [...] Há mais ainda: a famosa e hipotética Conferência Internacional Parlamentar do Commercio, dava um rombo annual de quase quinhentos contos de réis do thesouro" (Jornal Correio da Lavoura, 13/11/1930)

Em outra matéria do mesmo dia há uma convocação para que todos possam comparecer a missa que seria realizada dois dias depois em homenagem a Revolução. A manchete dizia: "*Missa em Acção de Graças pela Victoria Revolução Brasileira*"

Outro ponto chave, que ainda não foi citado aqui, é que "*em virtude da incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder de maneira exclusiva, e com o colapso da burguesia do café, abriu-se um vazio de poder, que teria gerado o Estado de compromisso.*"²³

Em poucas palavras, o chamado "Estado de compromisso", conforme a expressão cunhada por Weffort, é um acordo entre as várias frações da burguesia; as classes médias, ou pelo menos parte delas, assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo, entretanto, uma posição subordinada. A margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável. (FAUSTO, 1997)

²³ Entrevista com Boris Fausto, disponível em <http://cpdoc.fgv.br/revolucao1930/ecos>, acessado em 03/05/2020.

A instituição que garante o “Estado de compromisso” é o Exército. Não mais como protetor das classes médias, oligarquia cafeeira, mas como um unificador de todas as frações da classe dominante. O Exército tinha como "missão" ser o aglutinador nacional e garantir a força nacional e manter uma classe média alinhada com as lições tiradas da Primeira Guerra Mundial. É importante citar que esse "novo Exército" não poderia contar com a influência tenentistas e o governo chefiado por Vargas tratou de homogeneizar o aparelho militar e liquidar a força autônoma dos tenentes.

2.2 São João de Meriti e seu desenvolvimento no Pré Vargas

A cidade do Rio de Janeiro sempre passou por muitas mudanças. No final do século XIX e início do XX, a zona central da cidade era destinada aos negócios e as habitações populares, a falta de um transporte, de um sistema de locomoção eficiente, fez com que a população pobre se concentrasse no Centro e aqueles mais ricos fossem cada vez mais para a parte Sul da cidade, pois esses tinham cavalos e carruagens.

Como já dito no primeiro capítulo, o surgimento dos bondes e das ferrovias permitiu que a cidade crescesse numa dinâmica de segregação por capital. Na região central as habitações coletivas (cortiços) são muito populares entre o grupo pobre da população.

O investimento é feito com uma pequena quantidade de capital investido. Terrenos, prédios pequenos e casas de cômodo eram construídos e alugados por um preço baixo para as pessoas mais pobres. Esse negócio era muito lucrativo, pois o capital investido era muito pequeno. (RIBEIRO, 1997).

Os mais pobres escolhiam essas habitações devido à grande densidade demográfica, a cidade do Rio de Janeiro passou a crescer muito no quesito habitantes, devido a vinda de ex-escravos do Vale do Paraíba e do grande número de imigrantes portugueses que não conseguiam empregos nas indústrias, estas ainda um setor muito incipiente. Outro fator, já citado neste estudo, era a falta de transporte que faziam com que os mais pobres tivessem que viver próximo dos seus empregos.

Esse modelo entra em crise com as questões sanitárias e estéticas que cada vez mais eram presentes nas políticas de governo dos prefeitos cariocas. Barata Ribeiro (1892-1893) e Pereira Passos (1902-1906) foram os grandes nomes desse processo.

O higienismo brasileiro é uma adaptação do modelo europeu, foi usado como referência a cidade de Paris do barão Haussman. O período republicano baseou seu lema "Ordem e Progresso" numa lógica urbana higienista. A cidade, influenciada pela nova ordem burguesa, adquiriu novos padrões estéticos, comportamentais, valores e costumes em detrimento do antigo, ligado ao passado imperial e escravista. Os pobres passaram a ser estigmatizados como potenciais portadores de doenças e baderneiros, e por isso a limpeza social da cidade se tornou necessária. (CAVALCANTE, 1985, p.102)

A segregação tem como exemplo as cidades de Londres e Paris, nessas cidades a aglutinação de trabalhadores perto das elites gerava uma ameaça iminente para as classes dominantes que sentiam que poderiam sofrer qualquer tipo de ataque ou ato conjunto dos trabalhadores.

"No campo da habitação são criados dois modelos básicos que orientarão a separação das classes sociais na cidade. De um lado a criação de vilas e bairros operários onde se percebe uma alta taxa de ocupação do solo com a utilização quase total dos terrenos localizados próximos as áreas industriais e/ou centros de negócios e serviços. Do outro lado surge o típico bairro burguês, inspirado num anti-urbanismo e na recuperação de elementos da natureza. Este modelo se baseia na produção de bairros onde há ruas arborizadas e largas para facilitar a circulação do ar, sistemas de coleta de esgoto, pavimentação, espaços verdes e uma pequena taxa de ocupação de terrenos com a incorporação de jardins e quintais nas casas construídas em centro de terreno com grandes afastamentos frontais e laterais" (SIMÕES, 2011, pag.105)

No Brasil essa segregação espacial foi aplicada de uma maneira que houvessem vilas operárias pertos das fábricas, mas longe delas haviam duas dinâmicas de bairros exclusivos. A primeira para a classe rica, onde os bairros construídos são semelhantes aos europeus e o Estado dando todas as condições para sua funcionalidade e a segunda para classe mais pobre. Essa parcela da sociedade

ficou com os loteamentos populares onde não havia os recursos mínimos para se morar.

Durante as primeiras décadas do século XX, as exigências para se construir na zona central da cidade acabaram afastando as classes populares da região. Deveriam ser construídas casas com materiais de qualidade, proibição de se construir cortiços e casas de cômodos e os terrenos deveriam ter uma fachada mínima de seis metros, além de reservar um afastamento frontal com relação a rua de seis a dez metros para criação de jardim.

As exigências fizeram com que as habitações na área central fossem inviabilizadas, isso refletiu nos corticeiros que viram os custos para se construir na região aumentar cada vez mais. Com essa mudança de orçamento se precisou cobrar cada vez mais caro pelos alugueis da região e o alto valor foi afastando os pobres da zona central da cidade e se erradicando os famosos cortiços do centro do Rio de Janeiro.

As regiões da zona sul ficaram com os mais ricos, os bairros como Tijuca, Vila Isabel, São Cristóvão e Méier ficaram com uma nascente classe média carioca. Essa classe média se beneficiou com a construção de vilas e construções mais descentes.

É a partir do momento que as classes altas e médias estão alocadas que se pensa exatamente no que fazer com as classes pobres em definitivo. Os subúrbios e a Baixada Fluminense, servidos pelas linhas férreas, loteamentos populares e autoconstruções, eram paulatinamente integradas a essa lógica de ocupação urbana. Poderíamos aqui pensar em diversos caminhos para explicar essa lógica de ocupação, mas o papel dos transportes é vital.

Durante os governos de Pereira Passos (1903-1906) e de Carlos Sampaio (1920-1922) as ferrovias ganham muita importância. Há o início do transporte de passageiros, e com preços acessíveis, e os loteamentos populares em torno da ferrovia. Nesse contexto, nos interessa analisar o desenvolvimento do transporte de massa para a urbanização da baixada, em especial o de São João de Meriti.

Em São João não havia uma economia agrícola forte, isso fez com que sua área não fosse loteada em chácaras. Isso deixou o caminho aberto para que a região

fosse altamente retalhada em loteamentos urbanos. O caso do distrito sede foi ao contrário, a região de Nova Iguaçu manteve seu aspecto político, econômico e social voltado para o cultivo da laranja, a região só passou a ter loteamentos urbanos em grande número na década de 1940.

O grande capital também foi fundamental. Para Simões, a valorização do café, durante a Primeira República, fez com que houvesse uma grande especulação financeira e os setores do capital passaram a investir em ativos não monetários como forma de se proteger de futuras crises. Isso foi visto na compra de terras para a construção de moradias para fins de loteamentos.

É durante toda essa fase anterior a Getúlio Vargas que surgem várias empresas imobiliárias, como a Cia Territorial do Rio de Janeiro (1912), Cia Suburbana de Terrenos e Construções (1912), Cia Popular de Imóveis (1918), Cia Predial SA (1912), Rocha Miranda e Filhos (1919). As mudanças na economia e na legislação beneficiou o aumento de capital para o setor. A especulação imobiliária tornou-se muito rentável, na medida em que se compravam terras baratas e vendiam a preços relativamente mais altos. Conforme Simões afirmou "*A seguir a eclosão da I Guerra Mundial que inviabilizou as importações e aumentou o volume de capital circulante na economia desviando parte deste para o mercado de terras.*" (SIMÕES, 2011, p.116). Além disso, a legislação se tornou mais forte no centro, fazendo com que os preços também aumentassem, levando os moradores para os subúrbios.

O resultado desse processo é a expansão na mancha urbana do Rio de Janeiro em direção aos seus limites administrativos levando esse padrão de precariedade para além deste, exportando-os para a Baixada Fluminense e consolidando esse modelo "loteamento popular –autoconstrução" na formação e expansão da periferia do Rio de Janeiro, acabando com a utopia do loteamento como a forma do novo espaço que irá moldar o caráter do novo homem, pois "*o espetáculo dos arredores suburbanos é caso para decepção. Ai... não existem preparos, tudo é deitado à rua por falta de esgotos*" (ABREU, 1987, pag. 82)

Há então a formação de bairros com baixa qualidade de vida, casas construídas de forma precária, falta de saneamento e se transferiu os problemas da

zona central do Rio de Janeiro para longe da burguesia que estava se formando na cidade.

Esse modelo chega na Baixada em 1910 e a porta de entrada é São João de Meriti. Na cidade de São João de Meriti, na época 4º distrito de Nova Iguaçu, havia as condições ideais para essa prática de loteamentos: distrito limítrofe com a cidade do Rio de Janeiro, agricultura estagnada, terras baratas e acesso ao transporte de massa.

Não é o caso aqui de percorrer todos os municípios da Baixada e seus detalhes e aprofundamentos, mas é importante afirmar que dois deles eram satélites de São João de Meriti: Nilópolis e Duque de Caxias. Essas duas regiões durante os primeiros anos do século XX não tinham uma malha urbana significativa e por essa razão eram pouco influentes na cidade. Esse cenário acaba mudando no início da década de 1930, mas essas mudanças serão abordadas nos próximos pontos do capítulo.

Duas linhas férreas passavam pelo atual município de São João de Meriti, a E.F.C.B pela Linha Auxiliar e a E.F. Rio D'Ouro, elas se encontravam na estação da Pavuna, a última pertencente ao município do Rio de Janeiro. Essa estação havia sido inaugurada em 07 de julho de 1910 e pertencia a E.F. Rio D'Ouro. A estrada de ferro foi construída inicialmente para cuidar do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, mas no final do século XIX passou a fazer o transporte de passageiros. Pela estação da Pavuna também passava a Linha Auxiliar da E.F.C.B, essa linha inicialmente era chamada de E.F. Melhoramentos e isso mostra que a estação da Pavuna era dupla, a esquerda ficava a Linha Auxiliar e a direita a Rio D'Ouro. Além disso, da estação da Pavuna também era possível acessar o trem circular que passava pela região central da cidade de São João de Meriti.

Mapa IV:



Fonte: Google Maps, desenho das vias: Carlos Melekh

Pela plataforma da Linha Auxiliar, que era conhecido como Ramal Circular da Pavuna, já que a linha iria direto pra Thomazinho e por um motivo indefinido fazia parte desse ramal circular também, se podia ir para as estações de São João de Merity, Engenheiro Belford, São Mateus, Thomazinho (acabando o ramal circular e encontrando novamente a Linha Auxiliar) e chegando a última estação do município que era Éden.

A estação de São João de Merity foi inaugurada em 11 de setembro de 1910 e atualmente não existe mais. Ela ficava a cerca de 1,6 km a frente da estação da Pavuna.



Fonte: Foto da Estação de São João de Meriti, sem data e autor desconhecido. Retirada em <https://www.estacoesferroviarias.com.br/>.

Já a estação de Engenheiro Belford foi inaugurada em 27 de julho de 1911 em homenagem ao engenheiro da E.F. Melhoramentos, Antônio Sallas Nunes Belford. Enquanto que a de São Mateus foi inaugurada em 11 de agosto de 1910 e teve esse nome por razão de ser próxima da fazenda São Mateus. Entre os anos de 1925 e 1932, a estação passou a ser chamada de Galdino Rocha, mas depois voltou a ter o velho nome.²⁴

²⁴ Retirada do site <https://www.estacoesferroviarias.com.br/>



A estação de São Mateus 2003. Foto Carlos Latuff.

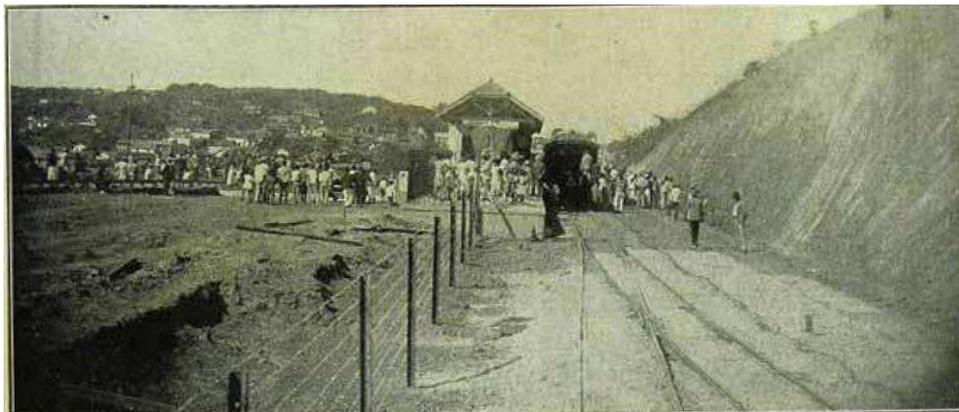


Casa de turma ao lado da estação de São Mateus construída em 1918. 2003. Foto: acervo pessoal de Carlos Latuff.

A data da inauguração da estação de Thomazinho não é precisa, mas os memorialistas locais afirmam que por volta dos primeiros anos do séc XX, já que em 1910 foi incorporada ao ramal circular da Pavuna. A estação de Édén foi

inaugurada em 29 de dezembro de 1914, tinha inicialmente o nome de Itinga e os trens só começaram a passar por lá em 1923. Já pelo lado da E.F. Rio D'Ouro se seguia para os bairros de Vila Rosali, Agostinho Porto e Coelho da Rocha.²⁵

A estação de Vila Rosali foi inaugurada em 14 de julho de 1929 e até hoje mantem o serviço de passageiro sobre a concessão da SuperVia, assim como as outras duas estações.



Jornal O Malho, 27/07/1929

Agostinho Porto foi inaugurada 3 anos antes em 1926 e Coelho da Rocha em 14 de setembro de 1929, tem seu nome em homenagem ao proprietário das terras cedidas para a construção da estação, Manoel José Coelho da Rocha, dono da fazenda do Bréjo, atual Belford Roxo. Ele foi um dos que mais lutaram para que a Rio D'Ouro passasse a transportar passageiros.²⁶

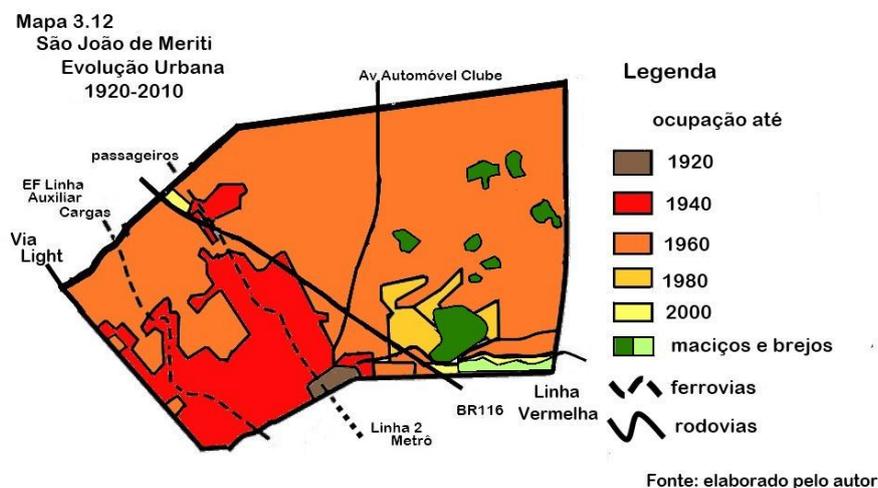
O que se pode perceber é que as estações na cidade tiveram duas dinâmicas. A primeira nas primeiras décadas do século XX e a segunda no final da década de 1920. Isso mostra que na atual cidade de São João de Meriti o processo de ocupação acompanhou as construções e os loteamentos que surgiram em decorrência do crescimento da malha férrea, o que só tem seu ápice no final da década de 1920.

Como pode ser visto no mapa abaixo até 1920 a região tinha uma urbanização concentrada bem no seu centro que fica adjacente a localidade da Pavuna.

²⁵ Retirada do site <https://www.estacoesferroviarias.com.br/>

²⁶ Retirada do site <https://www.estacoesferroviarias.com.br/>

Mapa V:



Fonte: SIMÕES, Livro, Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense

Outro ponto importante é entender como a população usava as estações. As estações construídas durante a década de 1910 eram menos utilizadas. Os moradores preferiam ir até a estação de São João de Meriti para embarcar, tendo em vista que nos primeiros anos a concentração de pessoas ficava no centro da cidade isso é compreensível.

Mas o que nos mostra que era algo comum o uso da estação central pelos moradores de qualquer localidade do município estar nas páginas do livro intitulado "*Coronel Elyseu e o seu Tempo*"²⁷. O livro de Rogério Torres e Elyseu Freire conta a trajetória de vida de um morador da cidade chamado de Elyseu d' Alvarenga Freire, conhecido como Coronel Elyseu por já ter feito parte do exército, e muito amigo de Nilo Peçanha.

Durante a leitura do livro uma passagem chama atenção a respeito do caminho que Elyseu d' Alvarenga percorria para chegar ao seu trabalho em Niterói.

Levantava muito cedo, barbeava-se, depois, junto com a família, tomava café da manhã. Vestia o seu terno e saía para o trabalho, numa viagem longa e cansativa. Num cavalo, previamente arreado por um de seus empregados, seguia até a estação ferroviária de São João. Tomava o trem puxado por uma máquina a vapor que o deixava na estação

²⁷ FREIRE, Elyseu Adail de Alvarenga; TORRES, Rogério. **O Coronel Elyseu e o seu tempo**. Duque de Caxias: Asamih / Ipahb, 2010.

Alfredo Maia, próximo de Lauro Muller. Ao desembarcar comprava o "Jornal do Comércio" ou o "Correio da Manhã" e no bonde, que vinha da Tijuca (futuro 66), ia dando uma olhadela rápida no noticiário até a Praça 15. A leitura, agora mais tranquila e detalhada, continuava na barca, que, vagarosamente, singrava a baía até Niterói. (FREIRE, TORRES, 2010, pag.75)

Como morador de São Mateus o uso da estação mais próxima poderia ser uma maneira de poupar o tempo da viagem, mas não era isso que ocorria e as estações da linha auxiliar não eram muito populares mesmo sendo as primeiras a serem construídas.

Isso também pode ser entendido pelo fato de que o centro da cidade realmente era um lugar de maior movimento e modernização, as outras regiões ainda começavam a crescer.



Rua da Matriz, centro, 1927. Fonte: NOGUEIRA, Marcus Antonio M. Baixada Fluminense: memória fotográfica. Rio de Janeiro, INEPAC, 2008. pag. 103

As estações que vão ser construídas posteriormente ganham mais destaque nas últimas décadas do século XX isso porque elas passaram a fazer parte da SuperVia e as estações mais antigas deixaram de existir, ficando presente na cidade só o antigo traçado da E.F. Rio D'Ouro, sem mais existir a estação central da cidade que ficava no centro de São João de Meriti.

Mesmo com essas inconsistências era São João de Meriti que tinha durante todo o período que antecedeu a Revolução de 30 uma população considerável em comparação com seus distritos satélites Nilópolis e Duque de Caxias. O crescimento não acaba depois da década de 1930, como mostra no mapa 5 a cidade continuou a crescer, o termo que melhor se encaixa não é crescimento e sim protagonismo.

As linhas de trem que passavam pela cidade mostram como era uma localidade importante, um lugar que ao longo do tempo se consolidou como residencial e com uma alta densidade demográfica.

A cidade poderia ser muito mais se as novas políticas aplicadas depois de 1930 não mudassem o eixo de influência dos distritos.

2.3 - São João de Meriti e sua estagnação

É nesse momento de crescimento que o 4º distrito começa a ser desmembrado e por isso acaba perdendo força política na região. Tal fato está relacionado com o crescimento de outras localidades do distrito que também era cercados por linhas de trem. Em 1916, São João de Meriti perde a localidade de Engenheiro Neiva, que acaba se tornando distrito de Nova Iguaçu e que futuramente se chamaria Nilópolis. Mas a primeira grande derrota aconteceu em 1931 quando o núcleo urbano de Merity, que estava ligado E.F. Leopoldina, se tornou Duque de Caxias.

Em pouco tempo São João passa a não ter nenhuma influência sobre as áreas servidas pelas outras ferrovias. Assim, em 1916 a localidade de Engenheiro Neiva se transforma em distrito sendo desmembrado de São João de Meriti, o mesmo vai ocorrer em 1931 com o núcleo urbano de Merity junto a E F Leopoldina, que se transforma no distrito de Caxias. O grande crescimento deste distrito na década de 1930 e início da de 40, aliada a pouca força política do grupo de São João vai provocar uma inversão de hierarquia e São João será incorporado como distrito de Duque de Caxias, quando da emancipação deste em 1943, para somente se transformar em município em 1947. (SIMÕES, 2007, pag.97)

A E.F. Leopoldina, chamada inicialmente de Rio de Janeiro Northen Railway, começava na estação São Francisco Xavier e contornava a Baía de

Guanabara em direção a Campos e Espírito Santo. Chega em Merity, atual Duque de Caxias, em 1886. Mesmo assim não causou muita influência na ocupação urbana tanto que em 1910 só haviam 800 habitantes na região.

Em 1920 a população já era de 2.920 habitantes e esse crescimento foi resultado dos programas de saneamento da Baixada Fluminense. Na década de 1920 São João de Meriti começa a ser loteada com maior velocidade e Merity (Duque de Caxias) passa a ter um loteamento distante das estradas de ferro, o que inaugura um sistema de especulação baseado na reserva de valor das áreas deixadas entre os loteamentos.

Mas o que realmente deu a condição de distrito para Duque de Caxias é a construção do novo traçado da rodovia Rio-Petrópolis. Como já dito, a elite da Baixada Fluminense estava concentrada no distrito sede e na citricultura. Em São João de Meriti, Duque de Caxias e em Nilópolis havia uma "elite", voltada para loteamentos populares. O grupo dos loteadores começaram a ter o controle urbano dos distritos que não tinham a mesma dinâmica rural do distrito sede, e com isso ficaram relacionados a acumulação urbana. Eles passaram assim a ter um núcleo urbano constituídos por pessoas que não estavam relacionadas a citricultura e também novas lideranças políticas.

Em Merity, Nilópolis e em São João, povoações fronteiriças ao Distrito Federal as obras de saneamento serão apropriadas para outro uso, o loteamento popular. Desse modo, a elite que se forma terá uma composição diferente da sede do município se desvinculando gradativamente das atividades rurais e se incorporando a uma lógica de acumulação nitidamente urbana. O tecido social se torna mais complexo com a chegada maciça de migrantes que se tornam a mão de obra barata das atividades urbanas locais e do núcleo metropolitano, [...] A revolução de 1930 mexe sensivelmente com o jogo do poder na Baixada Fluminense. De um lado temos a consolidação da elite citricultora em Nova Iguaçu representando os interesses de uma moderna, para o período em questão, oligarquia de base agrária, que contará com certo apoio dos governos revolucionários que se instalam mas que sofrerá oposição dos novos grupos que surgem nos núcleos em processo de urbanização. (SIMÕES,2007, pag.143)

Em 1931, um político iguaçuano chamado Manoel Reis propôs a Plínio Casado, interventor federal no estado do Rio de Janeiro, para que se desmembrasse Merity (Duque de Caxias) de Vila Merity (São João de Meriti).

Um dos momentos que mostra essa onda por autonomia é a "mudança da placa". Esse acontecimento é muito popular e marcou um ato de moradores, em 1930, que trocaram o nome da placa da estação de trem. Eles tiraram a placa com o nome Merity e colocaram outra com o nome de Caxias em homenagem ao Duque de Caxias. Esta medida tinha o sentido de renegar o passado, considerado negativo, que o nome anterior carregava sendo chamada até então de “Meriti do Pavor” (Lacerda, 2004).

Foi esse acontecimento que gerou o pedido de Manoel Reis para a criação do novo distrito.

Novo nome, nova pressão política, em 1931, já sob o novo regime pós Revolução de 30, é criado o 8º distrito de Nova Iguaçu com o nome de Caxias, que será trocado para Duque de Caxias quando da emancipação do município em 1943. (SIMÕES, 2011, pag.132)

O decreto nº2.559, de 14 de março de 1931 feito pelo interventor Plínio Casado tinha apenas dois artigos e dizia:

Art. 1º - Fica criado no Município de Iguassú o 8º districto, com território desmembrado do 4º districto, e cujas divisas serão: ao Norte, o rio Sarapuhy; a Leste, a Bahia de Guanabara; ao Sul, o rio Merity e a Oeste, a linha de transmissão da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, Limited, que o separará do 4º districto.

Art. 2º - A sede do novo districto será o povoado da estação de Merity, da Leopoldina Railway, o qual passará a denominar-se “Caxias”, em homenagem ao Marechal Duque de Caxias, nascido no município de Iguassú; ficando revogadas as disposições em contrário. O Secretário do Estado do Interior e Justiça assim o tenha entendido e faça executar.

Manoel Reis era um político muito respeitado na região. Seu apoio para Sebastião Arruda Negreiros foi fundamental para que ele fosse escolhido para governar o município.

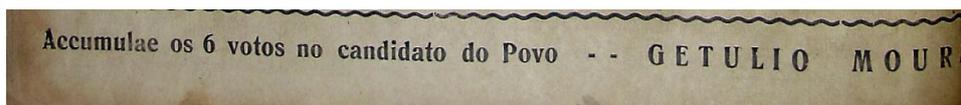
Vale lembrar que de 1930 até 1945 as assembleias municipais e estaduais foram fechadas e os estados passaram a ter interventores e esses escolhiam os prefeitos das cidades. Foi nesse sentido que a política de Vargas seguiu para o caminho da centralização e intervenção. O primeiro interventor de maior importância foi Plínio de Castro Casado, o interventor que escolheu o primeiro prefeito da cidade a partir da “Revolução”.

Durante todo o período da década de 1930 houve uma "rixa" no município, isso porque Getúlio de Moura, outro político muito importante da região e apoiado pelas classes conservadoras, nunca se deu por vencido por não ser o escolhido pelo interventor para governar o município.

Como já dito antes, Getúlio de Moura se tornou um político muito influente na Baixada Fluminense a partir das eleições de 1929, evento que agitou a região. As eleições foram retratadas pelo jornal *Correio da Lavoura*, que deu destaque para essa ocasião e, principalmente, para Getúlio de Moura. O Partido Municipal lançou para a prefeitura o Cel. Alberto Mello.

Terá lugar no próximo, 22 do corrente, o pleito para eleição do novo prefeito e renovação da Camara de Iguassu [...] as eleições que se aproximam vêm despertando o maior interesse, o que nos leva a acreditar que teremos um prelio disputado com bastante entusiasmo [...]. (Jornal Correio da Lavoura, 19/09/1929)

Getúlio de Moura era uma voz que, segundo o jornal, trazia esperança de boas novas para a Baixada Fluminense. O entusiasmo era tanto que havia uma entrevista exclusiva do jovem político no *Correio da Lavoura*. Nas páginas do periódico ganhou a acunha de "*Candidato do Povo*"

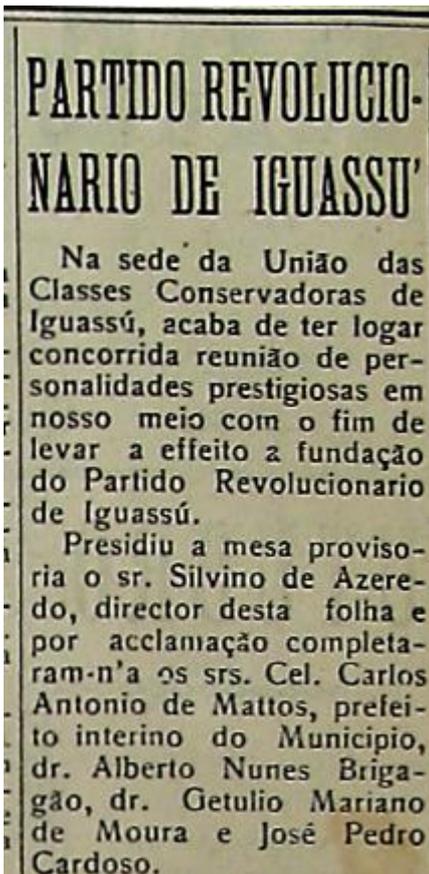


Jornal Correio da Lavoura, 19/09/1929

Um caso ocorrido em dezembro de 1930, e inspirado na campanha de Vargas até o Rio de Janeiro, foi quando Gétúlio de Moura e seus partidários ocuparam a prefeitura de Nova Iguaçu. É fato que a tentativa de golpe não deu certo, mas isso não manchou a imagem de Moura no município. O Jornal Correio da Lavoura noticiou o caso colocando essa manchete no dia 18/12/1930:



Meses antes dessa tentativa de golpe, Getúlio de Moura estava presente na fundação do Partido Revolucionário de Iguassu. Segundo a matéria, o jovem político teria sido muito aclamado por todos os presentes. O evento aconteceu na sede da União das Classes Conservadoras, fundada por Getulio de Moura.



Jornal Correio da Lavoura, 13/11/1930.

Em 1933 há o rompimento da aliança formada por Nilo Peçanha. O duelo entre Manoel Reis e Getúlio de Moura fez com que houvesse um crescente interesse pessoal no município, pois ambas estão mais ligadas com os citricultores do que com a nova ordem urbana.

Manoel Reis fica muito mais ligado a Vargas, enquanto Getúlio de Moura à economia urbana. Como dito, uma rivalidade com cunho pessoal. Getulio de Moura apoiou a Revolução de 30, mas não aceitou não ser o indicado para a prefeitura de Nova Iguaçu.

Mas o que isso teria a ver com São João de Meriti?

Com já dito Manoel Reis incentivou a mudança da placa que dava nome a estação de Caxias, o político tinha interesse no desmembramento de Merity (atual Duque de Caxias) de São João, Manoel Reis coloca em Duque de Caxias as fichas urbanas do governo e isso faz com que São João de Meriti deixe de ser o eixo urbano central do município.

No novo distrito a mudança de traçado da Rio- Petrópolis paralela e contígua a ferrovia trouxe a instalação de indústrias, a proliferação dos loteamentos e o desenvolvimento do comércio no entorno da estação ferroviária. Este crescimento econômico fez surgir novos moradores abastados e se formaram novos grupos de interesse que buscaram se agrupar em busca de reconhecimento enquanto liderança local, desse modo, em 1933 é fundada a UPC, União Popular Caxiense. (SIMÕES, 2007, pag.144)

Esse movimento popular em Caxias vai ser muito importante para a sua emancipação e vai servir de exemplo para São João também, mas trataremos desse assunto um pouco mais para frente.

O distrito da Vila Merity já havia perdido importância no cenário político da Baixada Fluminense desde de 1931, quando a localidade de Merity, a margem do novo traçado da rodovia Rio- Petrópolis, é desmembrada e elevada à categoria de distrito de Nova Iguaçu. A partir daí se observa a ascensão da elite de Caxias e a estagnação da pouca expressiva cepa de políticos de Vila Merity, futura São João de Meriti. (SIMÕES, 2007, pag.150)

É importante citar que há a construção do novo traçado da Rodovia Rio- Petrópolis, agora acompanhava o ramal ferroviário da Leopoldina desde Bonsucesso até Gramacho.

[...] até a década de 1950, a ferrovia e a estrada Rio Petrópolis foram fundamentais para o intenso processo de urbanização no trecho até o Rio Sarapuí. Até esse período a ocupação urbana é de pouca expressão, com pequenos aglomerados próximo a estação e nas vias de acesso a esta. (SIMÕES, 2011, pag.131)

Um outro ponto que é analisado para entender essa mudança de eixo é o fato que São João de Meriti ter sido altamente loteado. Por ter uma parte considerável de seu território com construções residenciais, sobrou muito pouco espaço para que na região se desenvolvesse um campo industrial que pudesse gerar uma elite forte capaz de defender os interesses do distrito.

Esses múltiplos loteamentos também impossibilitaram a ascensão de uma elite loteadora. A "elite" de São João era formada por pequenos comerciantes oriundos do Oriente Médio e do nordeste brasileiro, alguns loteadores e profissionais liberais remanescentes das antigas famílias dominantes.

Dessa forma, o local perdeu força e passou ainda mais a ser aglutinado a política iguaçuana. Durante toda a década de 1930 e até o início da década de 1940, São João de Meriti ficou estagnado em uma dinâmica pouco produtiva e longe dos holofotes que na década passada a cidade chegou a ter.

Dona Alice Carvalho da Silva, moradora antiga da cidade e nascida em Thomazinho, tem muitas lembranças desse período em que São João passou por uma grande falta de investimentos. Quando perguntada sobre como era o lugar em que morava a resposta foi a mais inesperada possível: "*Era horrível!*"²⁸ Em seguida ela completa:

Não tinha água, não tinha poço, era mina. Minava água o dia todo, condução era horrível. Trem era duas composições "só" que vinha de Andrade de Araújo, Pavuna, depois Costa Barros. Era trem chamadeira, não tinha ônibus. [...] pra beber água da bica tinha que ir lá em São Mateus na estação que tinha trem e todo mundo pegava água lá pra beber.²⁹

A cidade foi ficando abandonada, sem estrutura e com falta de investimentos. Tendo em vista que os maiores investimentos não iam para o 4º distrito. "*Não tinha luz, 'a gente' usava lampião e cadeireira, era querosene. Eu ia comprar querosene com os vizinhos lá em Andrade de Araújo, os postes eram de madeira, levou anos...*"³⁰

Perguntada sobre a estrutura das ruas Dona Alice contou que as condições eram muito precárias e tendo em vista a cidade atualmente as coisas não mudaram muito. Ela lembrou também de uma vala negra que existiam na localidade de São

²⁸ Depoimento de Alice Carvalho da Silva, concedido à Rayani Oliveira em 27/09/2019

²⁹ idem

³⁰ idem

Mateus que sempre prejudicava as festividades locais: *"Asfaltado nada, era tudo lama. Nada asfaltado!"*³¹

Não havia uma presença política forte e quem fazia as coisas eram os próprios moradores, mas foi lembrado que havia uma delegacia em São Mateus.

Uma das histórias mais interessantes era uma em que um maquinista da Central do Brasil levava água para os moradores:

Tinha um maquinista, muito legal, vinha de Andrade de Araújo, e ninguém tinha água pra beber né. Tinha os dias certos e as horas, quando ele vinha dava água pra todo mundo. "A gente" fazia aquela fila, todo mundo botava lata, garrafa, galão, o que quisesse.³²

Dona Alice lembra que se andava muito a pé, o que remete ao dia-a-dia do coronel Elyseu e mostra que a cidade mudou pouco durante as décadas de 1930 e 1940.

2.4 - São João de Meriti e sua Emancipação

A emancipação é a consolidação da luta política por um local. Esse local passar a lutar em conjunto, num sentido de união para passarem a ter força. Essa união cria entre eles uma visão de identidade e é essa a palavra que define bem a caminha para a emancipação de um lugar, a identidade é algo muito forte e faz com que as pessoas se sintam filhos daquele local. Em São João de Meriti isso começa a acontecer devido a vários acontecimentos que vão além dos seus limites geográficos.

As coisas começam a mudar em São João de Meriti quando o então distrito de Caxias conseguiu sua emancipação em 1943. Mas para entender esse processo ainda é preciso voltar o olhar para Caxias, a importância que a região ganhou foi muito grande e até os dias de hoje ainda disputa com Nova Iguaçu o título de capital da Baixada Fluminense.

³¹ idem

³² idem

Tudo começa com um outro interventor de suma importância, Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas. Peixoto, o Comandante, foi interventor do estado do Rio de Janeiro de 1937 a 1945. Foi responsável por controlar os ânimos exaltados nas zonas pra além da capital federal, como foi visto o município de Nova Iguaçu estava vivendo um período de grandes disputas políticas e territoriais. Seu recurso mais utilizado foi o Departamento das Municipalidades.

Durante o período que o interventor Amaral Peixoto ficou à frente do Rio de Janeiro houve um sufocamento das lutas emancipatórias. Foram decretadas as leis 311/1938, 1202/1938 e 3559/1941 que transferiam para o governo federal o poder de fazer divisões territoriais no país.

É em 1936, 11 anos antes da segunda e definitiva emancipação de São João de Meriti, que começa a entrar um outro nome, junto com Getúlio de Moura, no cenário político da Baixada Fluminense.

Foi nesse período eleitoral que houve a ascensão de Tenório Cavalcante³³, Tenório e Getúlio de Moura foram eleitos vereadores do município, mas com a instauração do regime do Estado Novo em 1937, ambos tiveram seus mandatos cassados e se firmaram como oposição a Vargas.

O prefeito eleito em 1936 foi Xavier da Silveira, Moura indicou o aliado Tenório Cavalcante para controlar a arrecadação de impostos no município. Xavier da Silveira foi escolhido pelo interventor Amaral Peixoto, que se tornaria inimigo de Cavalcante.

Assim tem-se em Caxias um quadro complexo e contraditório só explicado pelas dissensões pessoais. O grupo liderado por Moura e Tenório se comporta de modo paradoxal no campo político, são aliados aos iguaçuanos no plano municipal, oposição moderada a Vargas no plano nacional e inimigos ferrenhos do interventor Amaral Peixoto no plano estadual que por sua vez indica o prefeito municipal, que é aliado de Moura e Tenório. (SIMÕES, 2006, pag.145-146)

³³ *Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque* nasceu em Bonifácio, no município de Palmeira dos Índios (AL), no dia 27 de setembro de 1906. filiou-se à União Progressista Fluminense (UPF), em cuja legenda elegeu-se em 1936 vereador à Câmara Municipal de Nova Iguaçu, representando o distrito de Duque de Caxias. Em 1947, Tenório foi eleito deputado à Assembléia Constituinte do estado do Rio na legenda da UDN, e em outubro de 1950 elegeu-se para a Câmara dos Deputados com a quarta votação entre os candidatos udenistas fluminenses.

Durante esse período se tem no município, principalmente Caxias, a "volta" do clientelismo. Foi na falta de atuação do Estado que se consolidou figuras que prestavam serviços para a população.

É a partir desses movimentos totalmente desarticulados o distrito sede que se começou a pensar em emancipação. O primeiro ponto é que foi enviado, em 1940, um manifesto em defesa da divisão municipal para Amaral Peixoto. O segundo ponto é que o manifesto não fala em emancipação propriamente dita, falavam em acelerar projetos de divisão territorial. O terceiro ponto, e para esse trabalho o mais importante, o manifesto tem como local de elaboração em Vila Merity, atual São João de Meriti.

O que se pode ver com isso é que São João a partir dos movimentos de maior representatividade, muito presente na figura de Tenório Cavalcante, voltou a aparecer no mapa das atuações políticas, mesmo que ainda de uma forma tímida e limitada apenas pelas questões territoriais e não representada por um grupo local forte.

O interventor prendeu os envolvidos e rechaçou qualquer ideia de emancipação. Essa atitude foi uma forma de mostrar força e independência frente as pressões políticas locais, caso houvesse alguma emancipação durante esse período a força de controle do interventor seria colocada em dúvida.

Qualquer tipo de emancipação ou movimento nesse sentido teria que vir por articulação de Amaral Peixoto que tinha o Rio de Janeiro como seu feudo particular.

Em 31/12/1943 o interventor, com o decreto de lei 1055/1943, cria o município de Duque de Caxias. A escolha de São João ser 2º distrito de Duque de Caxias foi de Amaral Peixoto, isso porque ele queria fortalecer a região de Caxias e fortalecer Caxias era fortalecer a si mesmo. O ato da emancipação foi mais uma forma de Peixoto mostrar sua força política. Ele levou para si um ato que já estava disposto no Decreto de Lei Federal nº 5.901, de 21/10/1945. Esse decreto previa a revisão quinquenal do território estadual.

A carta dos moradores já mostrava conhecimento desse decreto e reforça a ideia de não pedido de emancipação, mas sim afirmando o que já estava no decreto, a revisão territorial.

"Ao termos conhecimento do acto que V. Exa., criando uma comissão destinada a estudar e propor uma nova divisão municipal do Estado, entendemos ser de nosso dever, habitantes do Município de Nova Iguassú, vir ao encontro de 2 tão opportuno quão patriótico empreendimento."³⁴

O descontentamento com a forma com que os recursos eram divididos no município era sempre o maior fator.

Dada a extensão territorial, a par de severas dificuldades de vias de comunicação, aos quaes se juntará a fertilidade da terra, a salubridade do clima e a riqueza da producção, Nova Iguassú no actual momento, não corresponde por sua topographia, às reaes necessidades de sua população. Densa massa demographica, dividida em districtos, que por seu valor e progresso valem por verdadeiros municípios, disso resulta se transformar o Município em sua actual organização, em madrasta, de todos recebendo, à alguns tudo dando, a outros menos que merecem, e aos últimos nada fornecendo, ou melhor, o que é peor, tudo lhes negando. o. Quem d'ánimo desprevenido, corta o Município de Nova Iguassú, atravessa as suas estancias, consulta a sua lavoura, apalpa a sua industria, ausculta o seu commercio - para e quéda - sem entender, nem compreender porque, se oriundos da mesma gênese, possam uns, como homens afortunados se apresentarem, e de andrajos cobertos, vestidos andam os outros.³⁵

Mais uma vez voltamos a São João de Meriti e sua falta de força política. Envolvida em todo esse processo o 4º distrito deixa a oportunidade de ser emancipar, e aglutinar outras localidades para si, e passa a ser o 2º distrito de Duque de Caxias. São João de Meriti sai da tutela de Nova Iguaçu e passa agora para as mãos de Duque de Caxias, a influência popular de Tenório Cavalcante foi o principal fator que fez com que São João não fosse sede do novo município.

³⁴ Manifesto arquivado no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, Câmara Municipal de Duque de Caxias, encontra-se na íntegra.

³⁵ idem

Com o fim do Estado Novo em 1945, as forças políticas se reajustam, Getúlio de Moura e Cavalcante rompem. Respectivamente vão para PSD e UDN. Outro líder que também passa a disputar o poder no novo eixo Nova Iguaçu x Duque de Caxias é Arruda Negreiros UDN/PTB. Ambos lutavam para definir seus campos de influência em São João e Nilópolis.

Figuras como o coronel Elyseu seriam de suma importância para que durante esse processo a cidade tivesse uma voz bem articulada com os outros políticos. É claro também que não saberíamos exatamente qual seria a postura do coronel, mas com todos os acontecimentos, e sua forte ligação com Nilo Peçanha, é bem provável que ele em algum momento pudesse vir a participar de algum processo político, visto que ele já estava dentro da política quando morreu.

Os mesmos motivos que fizeram com que os membros da UPC escrevessem um manifesto levou os moradores de São João de Meriti a querer sua liberdade total. É criado, no então agora 2º distrito de Duque de Caxias, a Associação dos Amigos do 2º Distrito. A associação é criada em 1945 e foi fruto da falta de investimentos que São João continuou sofrendo mesmo não pertencendo a Nova Iguaçu desde 1943.

Era formado por profissionais liberais de São João de Meriti, muitos desses também fizeram parte do manifesto que foi escrito antes da emancipação de Duque de Caxias. Eram homens ligados a UDN e ao PTB.

Em São João começa uma onda de oposição a Duque de Caxias liderada pelos Amigos do 2º Distrito. *"Esse grupo começa a fazer ferrenha oposição a Caxias e comanda uma campanha de desobediência civil, convocando a população a não pagar impostos a prefeitura."*(SIMÕES, 2006, pag.152)

Mas é só em 21 de agosto de 1947, que enfim São João de Meriti consegue sua emancipação. Numa articulação com Nilópolis é aprovado o projeto de lei elaborado pelo deputado Lucas de Andrade Figueira que emancipa os dois distritos e mesmo travando uma luta em conjunto não se cogitou a ideia de virarem um único município.

O deputado Andrade Figueira era "analfabeto" e conseguiu o ofício de dentista durante sua passagem pelo exército. Trabalhou como dentista em Nilópolis

e atendia os moradores mais pobres de graça. Tinha o apoio de Getúlio de Moura e por isso se tornou vereador de Nova Iguaçu e posteriormente deputado. Fez parte da constituinte de 1945.

De uma maneira geral São João ficou constituído de uma pequena extensão territorial, bastante habitada e voltada para o comércio. Mesmo no pós-emancipação não surge na cidade nenhum polo industrial forte e, conseqüentemente, nenhuma elite de grande destaque.

O que se tem é um centro comercial e verdadeiras regiões periféricas ao redor, principalmente as regiões que não são mais contempladas pelo serviço de trens. A cidade passou a contar com a Via Dutra, cortando 4km do município, e sua força política ficou a maior parte do tempo ainda sobre os domínios de Nova Iguaçu. O primeiro prefeito filiado oficialmente a um partido foi Miguel Archanjo de Medeiros. Ele se filiou à UDN em 1952. É importante citar a força da UDN.

A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Na Câmara dos Deputados a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Mas algo que vai contra esse pensamento fica claro no relato de Pedro Etelvino, protagonista do processo de emancipação de São João de Meriti:

[..] com a constituição de 18/09/1946 os estados também confeccionam as suas constituições e os municípios, como até hoje têm direito de se emancipar, desde que haja um número certo de população e de eleitores. E então quando ficou pronta a constituição do Estado do Rio de Janeiro nós tratamos da emancipação do município, que até então nós éramos explorados por Nova Iguaçu, e nessa época por Duque de Caxias, tendo como cobrador de impostos desses municípios o sr. Tenório Cavalcanti que canalizava todo o dinheiro para Duque de Caxias e nós não tínhamos direito a coisíssima nenhuma. Ai então

entramos na luta da emancipação, mas já entrando com a campanha para prefeito. Getúlio de Moura era pela emancipação e Tenório Cavalcanti era contra. Depois da emancipação entramos direto para as eleições municipais. Sá tinha 2 candidatos: José dos Campos Manhães e Alberto Geremias, sendo que Alberto Geremias perdeu porque não fizera nada pelo município, pelo contrário, era contra a emancipação [...]”³⁶

O que se pode entender é que as disputas entre as pessoas ainda estavam muito fortes mesmo com o fim do Estado Novo de Vargas.

O fato de Tenório não querer a emancipação de São João não o impede de estar presente no momento em que isso aconteceu. Por ser aliado do prefeito de Nova Iguaçu e não ter participado também do ato de emancipação de Duque de Caxias não significa que ele deixou de ser uma figura muito envolta nas relações clientelistas da Baixada Fluminense no período.

Getúlio de Moura sempre foi um político muito aclamado pelo povo, já dito aqui em algumas páginas a cima, sua parceria com Tenório evidencia isso, mesmo ambos tendo rompido. E o próprio rompimento impede de estarem lado a lado em algum tipo de luta.

Ambos têm força e as duas hipóteses se complementam: Tenório mantém seu posicionamento de recolhedor de imposto e "fiel" a cidade que estava sendo desmembrada, mas isso não o impedia de ser um político populista, que assumia uma postura muitas vezes foi um político de oposição e era rompido com Tenório, nada mais plausível que ficasse do lado das emancipações.

Ainda há um terceiro ponto, também citado algumas páginas a cima. Houve com a emancipação de Duque de Caxias uma luta política para firmar influência em outros territórios da Baixada.

A cidade de São João, assim como muitas outras no Brasil, viveu momentos de altos e baixos e sua história ficou marcada por esses movimentos, por sua falta de memória histórica, pela ausência forte de movimentos populares em prol de

³⁶ Depoimento de Pedro Etelvino, concedido à Pedro Bodê de Moraes em 15-08-1994, cedido pela ABM. In: PORFIRIO, Mariléa Venancio. **Praça da Bandeira – Praça da Vitória. Construindo o Sujeito Coletivo.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1994, pp. 33-34.

melhorarias para a cidade e toda uma estrutura que fez com que no imaginário popular a região ficasse relegada ao rural.

Mas isso não quer dizer que não haja memória local, que não haja sentimento de pertencimento. No próximo capítulo iremos abordar essa relação de pertencimento a um lugar.

Capítulo III – São João de Meriti e sua memória

Nas mais diferentes sociedades a construção de identidade e pertencimento sempre recorreram ao passado.

A construção da memória forma uma sociedade e reproduz informações dos objetos que marcaram os acontecimentos. Essas informações se encontram, na maioria das vezes, na memória das pessoas.

Segundo Le Goff³⁷ existem dois tipos de memória: a primeira é fundamentada na existência das famílias, nos dados de origem. Já a segunda busca o registro dos acontecimentos mais relevantes para a sociedade.

Para Peter Burke³⁸, o paradigma tradicional da escrita da história consolidou o uso de documentos para a reprodução do conhecimento histórico, Ranke seguia esse mesmo caminho e expos a limitação das fontes narrativas e a necessidade dos registros oficiais, isso causou um apagamento de outros tipos de evidências históricas.

A história não se faz apenas dos documentos oficiais, pode ser feita através de monumentos e da oralidade, essas duas maneiras de fazer história ganham condição de documento.

A história está inserida nas nossas vidas e nos costumes do cotidiano, conhece-la é também entender o presente. Perder a memória é perder a identidade, a memória coletiva deve ser preservada pois desconhece-las é perder suas origens de vista.

³⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. São Paulo: Unicamp, 2003. pag.424

³⁸ BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

O patrimônio tem a capacidade de estimular a memória das pessoas. Segundo Pelegrini³⁹ a ideia de patrimônio cultural está vinculada com as lembranças e memórias.

O movimento acadêmico vem recuperando a ideia de memória que segundo Bosi⁴⁰ está vinculado com a necessidade de enraizamento, “*do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidade*” (BOSI, 2003.p.16).

Para Pinheiro ⁴¹ esse movimento de atribuir maior valor ao passado se “inicia” na década de 1980 quando o Ocidente passa a atribuir um valor maior para a memória. Nesse mesmo caminho Márcia Sant’anna⁴² diz que a prática de preservar o patrimônio imaterial vem primeiro dos países do Oriente e do Terceiro Mundo.

Se olharmos para São João de Meriti e pensarmos sobre a memória e patrimônio local conseguimos enxergar a ausência de cuidado com o patrimônio material e uma negligência com o patrimônio imaterial.

O cuidado com a memória local fica muito mais presente nos trabalhos acadêmicos, mas falta uma preocupação governamental com a história da cidade. É nesse sentido que se entra na discussão sobre a importância de se valorizar a memória dos moradores locais e “ensinar” as pessoas que não apenas o oficial é o verídico, em locais como São João de Meriti não há uma oficialização de dados históricos e nesse sentido a força da oralidade é muito maior na construção do pertencimento local.

O crescimento de uma cidade depende de seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, nas estruturas de classe que se faz presente com esse desenvolvimento. Esse processo em maior escala faz com que uma determinada localidade se torne maior e mais complexa.

³⁹ PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

⁴⁰ Bosi, E. (2003). **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê

⁴¹ Pinheiro, M. J. **Museu, memória e esquecimento**: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

⁴² SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 52.

Com o passar do tempo essas relações se torne cada vez mais estruturada e as grandes cidades vão se tornando grandes metrópoles e suas dinâmicas sociais cada vez mais envoltas em “conflitos de classe”

Nesse sentido de relação de poder que o discurso histórico se torna uma arma de poder e opressão para aqueles marginalizados. Na cidade de São João de Meriti, por não ter uma elite forte, o discurso histórico ainda é aquele presente nas falas dos moradores locais. Isso também se explica pela falta de cuidado das autoridades com a memória local, como já dito a cima.

Para a maioria das pessoas o seu município é uma terra afetiva, e falar sobre ele tem duas dinâmicas. A primeira se relaciona com o *Discurso-para-fora*. Nesse caminho o discurso sobre a baixada, mais precisamente São João de Meriti, é num numa dinâmica de comunidade, de relações afetivas mutuas e como se tudo fosse uma grande família. A segunda se relaciona com o *Discurso-para-dentro*. No diálogo com seus pares os moradores tendem a ter um discurso diferente, enfatizam os problemas enfrentados pela população e todo o abandono que vivem. (BARRETO, 2004)

Essa dinâmica nos discursos faz com que a identidade local seja facilmente moldada pelos mais diferentes agentes. Imprensa, movimentos populares, políticos e empregadores trafegam entre a visão de uma região rural, violenta, precária, pobre e etc.

A imprensa classifica a Baixada como um lugar de periculosidade, colocando em suas páginas notícias sobre assassinatos, grupos de extermínio e tráfico de drogas. Uma outra parte da imprensa também coloca em foco as mazelas sociais que a região vive, a falta de saneamento básico, urbanização, transporte de qualidade, saúde pública e educação. São João de Meriti teve a oportunidade de contar sua história sobre outra perspectiva. O historiador Genesis Torres⁴³ tinha uma coluna no *Jornal O Dia* aonde ele dava aos leitores uma visão histórica cercada pela memória local e valorizando os acontecimentos da região.

⁴³ Formado em História pela UFF, bacharel em Direito pela Unigranrio e pós-graduado em Arqueologia pela Faculdade Redentor.

No dia 27/12/2015 Torres escreveu em sua coluna sobre um bairro de São João de Meriti, o título era: Memória do Bairro: Vila União I.

O *Jornal Extra* no aniversário de 69 anos da cidade de São João trouxe para as bancas uma edição especial de seu jornal. A edição foi intitulada de “*Cidade em Festa*”⁴⁴.

Os políticos das cidades que circundam a Baixada Fluminense têm uma postura de distanciamento da região. A maioria deles tem em seu discurso uma aproximação com a costa verde, municípios como Itaguaí, ou com a região serrana. O distrito de Pavuna pertence a cidade do Rio de Janeiro, mesmo assim estar muito mais articulado com a dinâmica espacial de São João. Entretanto para seus moradores, quando perguntados, são pertencentes ao Rio de Janeiro.

Esses movimentos de negação com a Baixada Fluminense fica relacionado com essa má fama da região. No caso dos políticos eles fazem o movimento inverso caso isso traga algum benefício político e econômico.

As Associações de Moradores da cidade de Meriti não têm tanta força política, isso fica claro pelo fato de a região não ter tanta força assim e ser na maioria das vezes esquecida. Mais um ponto importante é que são nessas associações que ficam guardadas as memórias locais e para nós pesquisadores são uma grande fonte histórica.

Espalhadas pelas cidades há inúmeras referências ao passado de São João de Meriti, infelizmente a maioria da população não tem o conhecimento suficiente para entender o porquê dos nomes das ruas, escolas, bairros e etc.

Segundo Lefebvre (1972) o espaço "reúne o mental e o cultural, social e o histórico" numa lógica de simultaneidade. Para o autor o processo de produção do espaço é dividido em três aspectos: espaço de representação, representação do espaço e prática social.

O espaço de representação é a noção do espaço vivido e das interações sociais, a representação do espaço se relaciona com as projeções, ideologias,

⁴⁴ Jornal Extra, 31/08/2016

imagens e muitas vezes podem ser forjadas por grupos sociais. A prática social é a relação entre o sentido e o percebido.

A Escola Municipal dep. Lucas de Andrade Figueira se encaixa na "categoria" de representação do espaço. Isso porque esse nome é uma clara projeção do homem que esteve a frente do decreto que emancipou São João de Meriti. Nessa tentativa de se ter uma conversa histórica com a população há inúmeros obstáculos, a maioria dos moradores de São João não sabem quem foi o tal deputado e sua importância para a cidade. Logo o espaço de representação e a prática social ficam quase inexistente.

O processo de se criar uma história "oficial" para a cidade ainda está longe de acontecer, entretanto, a memória afetiva da população ainda é a grande fonte histórica local. A preservação do patrimônio histórico de São João de Meriti também está longe de vir a ser uma realidade, isso faz com que a população também não de a real importância para determinados prédios, casas ou ruas.

Conclusão

O processo de ocupação da Baixada Fluminense permitiu que houvesse um núcleo central, Nova Iguaçu e posteriormente Duque de Caxias, e que seus satélites, principalmente São João de Meriti e Nilópolis, tivessem seus processos políticos e sociais esvaziados com o tempo na história da região e nos trabalhos acadêmicos feitos.

Partindo desse ponto de vista foi possível entender a cidade de São João de Meriti em relação ao núcleo central da Baixada Fluminense através do conturbado período da história brasileira que vai do início da república até a saída de Vargas do poder.

Finalizamos tentando articular esse processo histórico da cidade com a memória e o patrimônio local, aonde inúmeros agentes se fazem atuantes na influência dos rumos da história local e a valorização da memória afetiva dos moradores acaba se tornando ponto chave para entender a cidade.

Referência Bibliográfica

ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, APPH-Clio, 2003

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. Campos, UFU. v. 5, n. 2, p. 45-64, 2004.

Bosi, E. (2003). O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê.

BRAZ, N.S.Leila. A Guerra chega à Baixada Fluminense: Os impactos locais do processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial pelas páginas do jornal Correio da Lavoura. Dissertação (Mestrado em História). INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2018.

BURKE, Peter. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONNIFF, Michael L. Política Urbana no Brasil: ascensão do populismo (1925-1945); tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006.

DECCA, Edgar S. 1930: O silêncio dos Vencidos. 1º. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002., p. 149.

FREIRE, Elyseu Adail de Alvarenga; TORRES, Rogério. O Coronel Elyseu e o seu tempo. Duque de Caxias: Asamih / Ipahb, 2010.

GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Estudos Rurais da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

GÓES, Hildebrando de Araújo. Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, s/editor, 1934.

Jornal Extra, 31/08/2016.

Jornal Correio da Lavoura, 16/10/1930.

Jornal Correio da Lavoura, 29/06/1947.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro, IBGE, 1948.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5ª ed. São Paulo: Unicamp, 2003. pag.424.

NORONHA SANTOS, Francisco A. Meios de Transporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Baixada Fluminense: novos estudos e desafios. Rio de Janeiro, Editora Paradigma, 2004.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PEREIRA, Waldick. Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, FGV/SEEC RJ, 1977.

Pinheiro, M. J. Museu, memória e esquecimento: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

PORFIRIO, Mariléa Venancio. Praça da Bandeira – Praça da Vitória. Construindo o Sujeito Coletivo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1994, pp. 33-34.

RODRIGUES, Adrianno O. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 52.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Transportes de massa – Condicionadores ou condicionados? Revista de Administração Municipal, n. 24(144), setembro/outubro, 1977.

SILVA, Lucia. As Emancipações Políticas na década de 1940 e a Construção de uma Periferia: o caso de Duque de Caxias. Mosaico Revista Multidisciplinar de Humanidades, v. 9, p. 19-25, 2018.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. Revista Brasileira de História, vol. 39, n° 81, pp. 47-70, 2017.

SIMÕES, M. R. Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense. 1. ed. Mesquita - RJ: Editora Entorno, 2011. v. 1.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2, n 24, 1962.